



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

JOSÉ LUCAS BATISTA DOS SANTOS

**PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE O PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA
ESCOLA**

João Pessoa
2022

JOSÉ LUCAS BATISTA DOS SANTOS

**PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE O PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA
ESCOLA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Pedagogia na
Universidade Federal da Paraíba, como
requisito obrigatório para obtenção de grau
de Licenciatura plena em Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Emília Maria da
Trindade Prestes

João Pessoa
2022

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S237p Santos, José Lucas Batista dos.
Produção científica sobre o Programa Dinheiro Direto
na Escola / José Lucas Batista dos Santos. - João
Pessoa, 2022.
63f. : il.

Orientação: Emília Maria da Trindade Prestes.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Pedagogia) - UFPB/CE.

1. Programa Dinheiro Direto na Escola. 2. Pesquisa
bibliográfica. 3. Financiamento. 4. Descentralização.
I. Prestes, Emília Maria da Trindade. II. Título.

UFPB/CE

CDU 37(043.2)

JOSÉ LUCAS BATISTA DOS SANTOS

PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE O PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado de Licenciatura em
Pedagogia, pelo Centro de Educação, na
Universidade Federal da Paraíba.

Aprovado em: 10,0

Conceito: Aprovado

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Emília Maria da Trindade Prestes
Orientadora (DPH/CE/UFPB)

Prof.^a Adriana Valéria Santos Diniz
Examinadora (DPH/CE/UFPB)

Prof.^a Maria da Salete Barboza de Farias
Examinadora (DPH/CE/UFPB)

Dedico este trabalho a minha mãe, Ligia por ser um exemplo de mulher e de ser humano, por ter me dado o incentivo para estudar e seguir em frente e, a meu irmão (in memoriam) Vitor, que Deus o tenha na paz eterna.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela oportunidade de poder ter ingressado em uma Universidade Federal na possibilidade de cursar uma formação superior, que foi um processo de transformação pessoal e acadêmica.

À minha querida mãe, Ligia Lima dos Santos pelo imenso apoio durante esse período formativo, auxiliando-me nos momentos difíceis e que é minha fonte de inspiração para seguir em frente.

Aos meus amigos, em especial o José Carlos Nascimento Batista e Vanessa Alves Sousa por estarem comigo desde o início, nos tempos de desesperos, de felicidades e tristeza e pela parceria que seguirá para toda a vida.

Os professores queridos que foram fundamentais para o meu amadurecimento intelectual e pessoal, em específico à Maria da Salete Barboza de Farias, Adriana Valéria Santos Diniz, Uyguaciara Veloso Castelo Branco e Geovânia Toscano da Silva que me deram a oportunidade de participar em projetos acadêmicos que me proporcionaram aprendizagens imensuráveis.

À minha querida orientadora e amiga, a professora Emília Maria da Trindade Prestes pelo suporte e apoio que extrapola o ambiente acadêmico, pelo incentivo e por acreditar em meu potencial.

E a todos(as) aqueles(as) que passaram e contribuíram durante esses anos de formação, agregando conhecimentos e experiências que ficarão guardados com muito carinho.

A religião, a sociedade, a natureza: tais são as três lutas do homem. [...] Mas há três guerras nestas três soluções. Sai de todas a misteriosa dificuldade da vida. [...] Tríplice ananke pesa sobre nós, o ananke dos dogmas, o ananke das leis, o ananke das coisas. (Victor Hugo, Os trabalhadores do mar, 1971)

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo verificar como vem sendo abordado o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), a partir das teses e dissertações publicadas pelos Programas de Pós-graduação em Educação, durante sua implementação em território nacional. Caracteriza-se enquanto estudo qualitativo, de procedimento bibliográfico que se recorreu à análise textual - a partir do *software Iramuteq* com o uso das técnicas: estatística lexicográfica, análise de similitude, nuvem de palavras e classificação hierárquica descendente - *Análise de conteúdo* e enfoque da *Metapesquisa* para compreender quais os principais temas, desafios e contextos do programa na educação pública. Foram localizados 42 trabalhos na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertação (BDTD), segundo critérios de inclusão e exclusão, filtros de busca e uso de operadores *booleanos* como forma de mapear as produções. A revisão da literatura se propôs a fundamentar e compreender: a relação entre economia, educação e desenvolvimento nacional; as bases legais do financiamento no Brasil; a política de fundos e a criação do PDDE como medida de descentralização de recursos. Os resultados apontaram para uma visão do programa centrada numa tríade que se caracterizam através de cinco categorias interrelacionadas. Além disso, as teses e dissertações sinalizaram que os princípios neoliberais e procedimentos técnico-operativos, impediram a ampliação da autonomia e gestão democrática nos ambientes escolares.

Palavras-chave: Programa Dinheiro Direto na Escola. Pesquisa bibliográfica. Financiamento. Descentralização.

ABSTRACT

This research aimed to verify how the Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) in *Brazil* has been addressed, from the thesis and dissertations published by Postgraduate Programs in Education, during its implementation in the national territory. It is characterized as a qualitative study, of bibliographic study that resorted to textual analysis - from the software Iramuteq with the use of techniques: lexicographic statistics, similarity analysis, word cloud and descending hierarchical classification - content analysis and approach of Metasearch to understand what the main themes, challenges, and contexts of the program in public education. Forty-two papers were in the Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertação (BDTD) - Brazilian Digital Library of Thesis and Dissertations - according to inclusion and exclusion criteria, search filters and use of Boolean operators to map the productions. The literature review proposed to substantiate and understand: the relationship between economy, education, and national development; the legal bases of funding in Brazil; the funds policy and the creation of PDDE as a measure of resource decentralization. The results pointed to a vision of the programme centred on a trinity characterised by five interrelated categories. Moreover, the thesis and dissertations signalled that the neoliberal principles and technical-operative procedures, prevented the expansion of autonomy and democratic management in school environments.

Keywords: Programa Dinheiro Direto na Escola. Bibliographic study. Funding. Decentralization.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Origem dos recursos do FUNDEF	21
Tabela 2: Quantidade de trabalhos (BDTD) por IES	35
Tabela 3: Abordagem das pesquisas (teses e dissertações)	49
Tabela 4: Procedimento metodológico das pesquisas (teses e dissertações)	50
Tabela 5: Instrumento de coleta de dados das pesquisas (teses e dissertações)	50

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Impostos arrecadado pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios	19
Quadro 2: Utilização dos recursos do FUNDEF	22
Quadro 3: Implementação do FUNDEB (2007-2010).....	23
Quadro 4: Fatores de ponderação do custo-aluno nas diferentes etapas do FUNDEB em 2007	24
Quadro 5: Funções da União, no aspecto educacional.....	25
Quadro 6: Organização atual do PDDE	27
Quadro 7: Etapas da coleta de dados	32
Quadro 8: Assuntos coletados nas teses e dissertações.....	33
Quadro 9: Problemas de pesquisa dos documentos consultados.....	49

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Escala de avaliação do IDEGES PDDE.....	28
Figura 2: Composição do corpus	34
Figura 3: Quantidade de teses e dissertações por Estados	35
Figura 4: Quantidade de teses e dissertações por período temporal	36
Figura 5: Diagrama de Zipf dos títulos, resumos e palavras-chave.....	39
Figura 6: Grafo de similitude (corpus 3).....	40
Figura 7: Nuvem de palavras dos títulos, resumos e palavras-chave	42
Figura 8: Dendrograma (horizontal) das classes obtidas no corpus resumos.....	44
Figura 9: Dendrograma (vertical) das classes obtidas no corpus resumos	45
Figura 10: Relação entre as classes do corpus resumos	46
Figura 11: Representação Fatorial das classes do corpus resumos	47
Figura 12: Ciclo contínuo de formulação de políticas.....	52
Figura 13: A visão do PDDE segundo as teses e dissertações	57

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	OBJETIVOS	16
2.1	Objetivo geral	16
2.2	Objetivos específicos	16
3	REVISÃO DA LITERATURA.....	17
3.1	Bases legais do Financiamento da Educação no Brasil	17
3.2	O FUNDEF e FUNDEB e a política de fundos	20
3.3	O Programa Dinheiro Direto na Escola	26
4	METODOLOGIA DA PESQUISA	29
4.1	Caracterização da pesquisa.....	29
4.2	Fases da pesquisa.....	29
4.2.1	Coleta e preparação dos dados.....	30
4.2.2	Ferramentas de busca	30
4.2.3	Critérios de elegibilidade e inclusão	31
4.3	Instrumentos e técnicas de organização das informações.....	32
4.4	Método de análise dos dados coletados	33
5	ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	34
5.1	Conjunto das amostras	34
5.2	Análise textual dos <i>corpora</i>	37
5.3	Análise das pesquisas com enfoque da <i>Metapesquisa</i>	48
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
	REFERÊNCIAS.....	58

1 INTRODUÇÃO

Criado em 1995, o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) exerce há mais de 25 anos um papel fundamental no financiamento e manutenção da educação básica no país. Atravessando diferentes contextos e governos o PDDE, configura-se como uma das ações mais importantes no tocante à transferência de recursos abrangendo diferentes etapas (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio), modalidades (Educação de Jovens e Adultos – EJA, Educação Especial, Indígena, Quilombola etc.) e contextos (rural e urbano) específicos presentes no território brasileiro. Mantido sob o Ministério da Educação (MEC) na gerência do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o programa visa prestar assistência técnica e financeiras às escolas municipais e estaduais de forma *descentralizada*, como estratégia de promoção da autonomia e fortalecimento da gestão democrática, a partir das diferentes ações integradas que compõem a política.

O presente trabalho tem como objeto de pesquisa a produção científica sobre o PDDE, partindo do seguinte problema: *Como o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) vem sendo apresentado nas produções acadêmicas produzidas nos Programas de Pós-graduação em Educação no Brasil?* Dessa forma, o estudo se propõe a verificar como vem sendo tratado e compreendido o programa dentro da literatura acadêmica (dissertações e teses), elaboradas e publicadas nos programas de Pós-graduação em Educação, desde a sua implantação até os dias atuais (2020), mensurando quantitativamente e qualitativamente os achados. Define-se como uma pesquisa bibliográfica, por recorrer ao uso de documentos de cunho bibliográfico, adotando procedimentos e orientações de análise textual, a partir da *Análise de conteúdo* e enfoques da *Metapesquisa* no âmbito das políticas educacionais.

O interesse no objeto de estudo surge a partir do Projeto Técnico do Centro Colaborador de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais (CECAMPE) na região Nordeste, desenvolvido pela Universidade Federal da Paraíba juntamente com o FNDE, tendo o PDDE como elemento central. Dessa forma, a pesquisa, se propõe a ampliar o conhecimento acerca do PDDE, como previsto nos objetivos e metas do referido projeto, atendendo, simultaneamente, a construção desse Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – monográfico, do curso de Pedagogia. Além disso, outra razão de cunho pessoal e acadêmico, esteve no desenvolvimento e aprimoramento de aprendizagens direcionadas com a **construção metodológica** de

estudos científicos, com o **uso de instrumentos** e **técnicas** baseadas em fontes documentais bibliográficas, com a assistência de **aparatos tecnológicos** e com o amadurecimento da **racionalidade analítica** – no desenvolvimento de análises consistentes que conduzem à compreensão e interpretação de determinado fenômeno da realidade.

O trabalho está organizado em seis seções: 1ª) introdução; 2ª) os objetivos (geral e específico); 3ª) a revisão da literatura consultada visando compreender: as bases legais do financiamento no Brasil, a política de fundos (FUNDEF e FUNDEB) e o PDDE; 4ª) os procedimentos metodológicos adotados para operacionalização da pesquisa; 5ª) os principais resultados e argumentos construídos sobre as produções acadêmicas coletadas e; 6ª) as considerações finais, apontando os achados e limitações encontradas na pesquisa.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Conforme aponta Siena (2007, p. 82), O/S OBJETIVO/S GERAL/IS “[...] expressam os resultados que se pretende alcançar [...] ao término da pesquisa”, de forma a responder o problema de pesquisa proposto. Neste caso, conferiu enquanto objetivo nessa pesquisa:

- Verificar como vem sendo abordado e compreendido na literatura acadêmica (dissertação e tese), o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), desde A sua implantação em 1995, até 2020.

2.2 Objetivos específicos

Os objetivos específicos, apresentam “[...] caráter mais concreto. Têm função intermediária e instrumental, permitindo, de um lado, atingir o objetivo geral e, de outro aplicar este a situações particulares.” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 124). A partir dessa compreensão, elencamos as etapas que foram seguidas e que possibilitaram atingir o objetivo geral proposto:

- Identificar as produções científicas universitárias publicadas sobre o PDDE desde 1995;
- Mensurar as produções científicas sobre o PDDE ao longo do seu desenvolvimento;
- Extrair das produções eixos temáticos que caracterizem o processo de implantação do PDDE em âmbito nacional;
- Esquematizar os trabalhos coletados cruzando informações quantitativas e qualitativas.

3 REVISÃO DA LITERATURA

O processo de financiamento da educação remete às condições materiais e recursos financeiros, que permite a operacionalização do direito constitucional e tornam possível e viável as políticas educacionais, que abrange, em linhas gerais, o setor público e privado (CASTRO, 2001). Na revisão da literatura sobre a temática, aborda-se os elementos teóricos que fundamentam a relação: educação e financiamento com enfoque no setor público, neste caso, à manutenção da educação pública.

3.1 Bases legais do Financiamento da Educação no Brasil

A preocupação em destinar recursos financeiros para a educação nacional não é uma questão recente. Foi na Constituição de 1934, que estimulado pelos movimentos sociais, com destaque para os Pioneiros da Educação Nova - que já denunciavam a importância de financiamento estatal para a educação do país (MAFASSIOLI, 2017). Contudo, percebe-se na história brasileira que a preocupação em dotar a educação com recursos propiciados pelo Estado, acontece em momentos democráticos, enquanto nos períodos ditos autoritários, existe uma maior precarização no seu financiamento (DAVIES, 2012).

A Constituição (CF) de 1934 foi a primeira a estipular um percentual mínimo de alocação de recursos financeiros à educação. Em seu artigo 154º estabelece que a União e os Municípios deverão aplicar nunca menos de 10% e os Estados e Distrito Federal nunca menos de 20% da renda arrecada dos impostos para a manutenção e desenvolvimento da educação no país (BRASIL, 1934). Essa política considerada avançada para a época foi interrompida com a Ditadura do Estado Novo, sendo retomada somente na Constituinte de 1946 que ampliou a porcentagem de recursos dos Municípios para 20% (conforme em seu artigo 169). Posteriormente, em 1961 com a promulgação da Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) (Lei 4.024/61) os recursos da União foram ampliados para 12% e demais entes federados e Distrito Federal para 20% (BRASIL, 1961), sendo depois interrompida pela Ditadura Militar, na Constituição de 1967.

Com a redemocratização no país, a partir da década de 1980 retoma-se a destinação de recursos públicos à educação com o auxílio da Emenda Constitucional

(EC) 24/83¹ em 1983 - também chamada de Emenda Calmón, que tratou em rediscutir a destinação de reservas orçamentárias para educação (CASTRO, 2001). Conforme apontou Veloso (1986, p. 47), a aprovação da emenda permitiu um aumento considerável no orçamento do Ministério da Educação, que resultou em maiores recursos financeiros para a manutenção do ensino.

Atualmente na Constituição Federal de 1988, o percentual estabelecido de recursos para a educação compreende-se da seguinte forma:

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino (BRASIL, 1988).

Em outras palavras, dentro das Constituições promulgadas, a de 1988 é a que confere maior participação da União, Estados, Distrito Federal e Municípios na destinação de receita orçamentária para a educação nacional.

Além dos percentuais garantidos constitucionalmente, a nossa Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional atual (Lei Nº 9394/96) prevê outras fontes de financiamento à educação no país, disposto em seu artigo nº 68 (BRASIL, LDBEN, 1996):

Art. 68. Serão recursos públicos destinados à educação os originários de:
I - receita de impostos próprios da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
II - receita de transferências constitucionais e outras transferências;
III - receita do salário-educação e de outras contribuições sociais;
IV - receita de incentivos fiscais;
V - outros recursos previstos em lei.

Conforme o regulamento previsto na LDBEN, são acrescidos além da contribuição da União, Estados, Municípios e Distrito Federal, os recursos oriundos de transferências, salário-educação, incentivos fiscais além de outros previsto em leis. O salário-educação em específico, está previsto na CF de 1988 no parágrafo 5º² do artigo 212. Foi instituído em 1964 através da Lei N. 4.440/64, passando por diversas mudanças ao longo das décadas, porém continuando com o mesmo objetivo de ser um recurso suplementar às escolas. Atualmente 10% dos valores são destinados ao

¹ “Estabelece a obrigatoriedade de aplicação anual, pela União, de nunca menos de treze por cento, e pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, de, no mínimo, vinte e cinco por cento da renda resultante dos impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino” (BRASIL, s/p, 1983).

² “§ 5º A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas na forma da lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (Vide Decreto nº 6.003, de 2006)” (BRASIL, s/p, 1988).

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e 90% são divididos para as cotas federal, estadual e municipal, este último com base no número de matrículas. Os recursos financeiros do PDDE são geridos através da cota federal do salário-educação (MAFASSIOLI, 2017).

Conforme se observa (no quadro 1), os recursos destinados para a educação são compostos através da arrecadação dos impostos, ou seja, são colhidos no âmbito da sociedade pelos entes federados. A CF de 1988 em seus artigos 153, 155 e 156, esclarece quais são os impostos de responsabilidade da União, Estados e Municípios:

Quadro 1: Impostos arrecadado pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios

Nível de governo	Impostos arrecadados
União (art. 153)	I – importação de produtos estrangeiros (II);
	II – exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados (IE);
	III – renda e proventos de qualquer natureza (IR);
	IV – produtos industrializados (IPI);
	V – operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários (IOF);
	VI – propriedade territorial rural (ITR);
	VII – grandes fortunas, nos termos de lei complementar (IGF);
Estados/DF (art. 155)	I – transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos (ITCD);
	II – operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior (ICMS);
	III – propriedade de veículos automotores (IPVA);
Municípios (art. 156)	I – propriedade predial e territorial urbana (IPTU);
	II – Transmissão “inter vivos”, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição (ITBI);
	III – serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar (ISS);

Fonte: MAFASSIOLI, 2017. BRASIL, CF de 1988.

Segundo afirma Castro (2005, p. 843) sobre essa organização de financiamento:

A estrutura de financiamento da educação é fortemente baseada em impostos, que são recursos tomados à sociedade. Isso significa que parcela expressiva dos recursos, principalmente de estados, Distrito Federal e municípios, é proveniente da arrecadação tributária, sobretudo em razão da vinculação de impostos.

Neste formato, destaca-se o fator colaborativo entre os entes da federação, aspecto este também consolidado na CF de 1988, visto que cada instância do poder público possui um sistema de ensino para manter e desenvolver, com custos a serem assegurados. Isto ocorre também, pelo fato da União reter a maior porcentagem da

arrecadação de impostos, o que a coloca na função de reduzir as disparidades orçamentárias entre os demais entes federativos. Com isso, a atual estrutura de financiamento da educação nacional, se configura a partir do que é estabelecido no parágrafo do art. 211 da Constituição Federal de 1988, que diz que:

§ 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

Cada ente federado assume uma parte dos recursos destinados à educação, com a União responsável por distribuir nunca menos 18% [redação atual da Constituição], o Distrito Federal, Estados e Municípios com 25% no mínimo de seus recursos financeiros para os orçamentos destinados à manutenção e desenvolvimento da educação pública. (BRASIL, s/p, 1988).

Posterior a CF de 1988 e a LDEN de 1996 em relação ao financiamento, foram instituídas o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) em 1998 (Lei Nº 9.294/96), que depois se tornou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) em 2007 (Lei Nº 11.494/2007) que trouxeram significativas mudanças na distribuição de recursos para o sistema educacional, tratada na próxima seção.

3.2 O FUNDEF e FUNDEB e a política de fundos

Aprovado através da EC 14/1996 e regulamento pela LDBEN de 1996, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), tornou-se um marco histórico para educação brasileira. Criado durante o primeiro mandato do então presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1999), visou atender as demandas internacionais de expansão do ensino fundamental. Segundo Pereira (2009, p. 29):

O FUNDEF traduz uma política de descentralização financeira visando, conforme o discurso oficial, promover maior equidade na distribuição dos recursos, com vistas a assegurar a melhoria salarial dos professores, a sua formação e as condições requeridas para a qualidade do ensino.

O fundo provocou significativas mudanças na estrutura do financiamento da educação nacional, a partir da redistribuição de recursos segundo o número de matrículas nas escolas. A política partiu da argumentação de que no país gasta-se

mal os recursos e, por isso novos acréscimos não seriam necessários, dessa forma os principais responsáveis por desempenhar uma melhor gestão dos recursos, seriam os Estados, Distrito Federal e os municípios (MAFASSIOLI, 2017). O foco, portanto, centrou-se na “[...] aplicação dos recursos, na expansão da matrícula escolar, no controle fiscal e no cumprimento da legislação pertinente” (PEREIRA, 2009, p. 30).

Segundo o Manual de orientação do FUNDEF (MEC, 1998, p. 7), o fundo pode ser definido como um:

[...] produto de receitas específicas que, por lei, se vinculam à realização de determinados objetivos. O FUNDEF é caracterizado como um Fundo de natureza contábil, com o mesmo tratamento dispensado ao Fundo de Participação dos Estados (FPE) e ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Isso significa que seus recursos são repassados automaticamente aos Estados e Municípios, de acordo com coeficientes de distribuição estabelecidos e publicados previamente. As receitas e despesas, por sua vez, deverão estar previstas no orçamento e a execução contabilizada de forma específica.

Nota-se o caráter específico do fundo, visto que seu uso deverá atender a critérios previamente planejados. O documento aponta que, estes recursos são compostos de fontes já existentes, com acréscimos de novas receitas da União (MEC, 1998). A tabela 1, apresenta a origem desses recursos e os valores que foram estimados em 1998 pelo Ministério da Educação.

Tabela 1: Origem dos recursos do FUNDEF

Origem dos recursos	Valor – R\$
Fundo de Participação dos Estados – FPE	10.890.830.666
Fundo de Participação dos Municípios – FPM	12.189.442.670
ICMS	61.158.191.334
L.C. 87/96 ³	1.870.354.000
TOTAL (ICMS+L.C. 87/96	63.028.545.334
IPI exp.	1.749.509.332
TOTAL	87.858.328.002
15% DO TOTAL DESTAS RECEITAS	13.178.749.200
COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO	526.599.490
TOTAL DE RECURSOS DO FUNDEF	13.705.348.690

Fonte: MEC, 1998, p.8. Elaboração dos autores

Sem dar ênfase aos valores apontados na tabela 1, observa-se que o caráter de arrecadação por impostos mantém-se como a principal fonte de receitas e que a cada ente federado tem importância na composição do fundo. Estes recursos foram creditados em conta mensalmente, via Banco do Brasil (MEC, 1998). O uso dessas receitas se destina exclusivamente à manutenção e desenvolvimento do ensino

³ “A Lei Complementar 87/96 – prevê o ressarcimento, pela União, em favor dos estados e municípios, a título de compensação financeira pela perda de receitas decorrentes da desoneração das exportações de produtos primários” (MEC, 1998, p. 8).

(BRASIL, 1996, s/p), neste caso referente às escolas de ensino fundamental nas seguintes despesas:

Quadro 2: Utilização dos recursos do FUNDEF

Despesas	% dos recursos do FUNDEF
Remuneração dos professores	Recursos destinados à remuneração do magistério (mínimo 60% do FUNDEF)
Remuneração e aperfeiçoamento de demais profissionais da educação	Outras Despesas de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (máximo de 40% do FUNDEF)
Aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino	
Uso e manutenção de bens vinculados ao ensino	
Levantamentos estatísticos, estudo e pesquisas visando precipuamente ao aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino	
Realização de atividades-meio necessárias ao funcionamento do ensino	
Amortização e custeio de operações de crédito destinadas a atender ao disposto nos itens acima	
Aquisição de material didático – escolar e manutenção de transporte escolar	

Fonte: MEC, 1998, p. 10-13. Elaboração dos autores.

Conforme se vê no quadro 2, a remuneração do magistério ocupou a maior porcentagem do orçamento do FUNDEF, com inclusão dos salários dos profissionais, formação e capacitação dos docentes. O restante dos recursos se destinou à manutenção das escolas, na remuneração dos demais profissionais, na aquisição de bens e materiais escolares, bem como na conservação da infraestrutura etc. Válido dizer que, o dinheiro do fundo não poderia ser utilizado para outros fins que não fossem aqueles apontados no quadro 2 e nem para pagamentos de profissionais de outras etapas educacionais, como à educação infantil e ensino médio. (MEC, 1998).

O FUNDEF, conforme apontou o relatório do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA 2003, p. 54):

[...] integrou o conjunto de medidas e ações compreendidas pelas instâncias federais de governo para a reestruturação dos mecanismos de financiamento e gestão do ensino fundamental. Tais medidas pretendiam, de um lado, garantir que os recursos legalmente vinculados à educação fossem efetivamente utilizados para os fins que se destinavam, e de outro, agilizar o repasse de recursos com critérios transparentes e evitar distorções regionais.

Entretanto, críticas foram feitas quanto ao valor do coeficiente aluno/ano, por se demonstrarem insuficientes para ofertar uma educação de qualidade, sobretudo nos Estados que mais sofriam com as disparidades econômicas-sociais. Além disso, entidades nacionais insistiram na necessidade de uma ampliação do fundo para toda a educação básica, que veio a desembocar no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da

Educação (FUNDEB) no segundo mandato, do então Presidente Luís Inácio Lula da Silva (2007-2011) como veremos adiante (IPEA, 2003).

Aprovado pela EC 53/2006 e regulamentado pela Lei N. 11.494/2007 no segundo mandato do então presidente Lula, o FUNDEB ampliou os recursos financeiros para a educação nacional, atendendo todas as etapas da educação básica, incluindo a educação infantil, ensino médio e modalidades, antes negligenciadas pelo FUNDEF. Segundo o próprio IPEA (2008, p.104), no ano seguinte, após a implementação da “nova” política,

O Fundeb incorporou algumas inovações em relação ao Fundef. A primeira delas se refere ao coeficiente de remuneração das matrículas, que levará em conta, além da etapa/modalidade da educação básica, a extensão do turno de ensino. Desse modo, escolas com turno integral receberão adicional de 25,0% por aluno matriculado. No âmbito da educação infantil, também serão consideradas as creches conveniadas.

O novo fundo é um avanço frente à equalização das oportunidades educacionais, por tentar minimizar as desigualdades orçamentárias e assegurar um padrão mínimo de qualidade. Apesar do grande avanço em relação à política anterior, o FUNDEB, naquele momento, ainda não se constituía enquanto política de Estado, mas sim de governo, com vigência de 14 anos (um avanço contra os 10 do FUNDEF), e revisão após sua vigência, com possibilidade ou não de continuidade. Nisso, o FUNDEB foi consolidado permanentemente⁴ via EC 108/2020 e regulamentada pela Lei N. 14.113/2020.

Araújo (2009) observou que, na medida em que se elevou o percentual de recursos, também aumentaram as matrículas. Segundo o autor, os estados da região Nordeste foram os maiores beneficiados com o aumento da destinação de aportes financeiros da União, com o custo aluno inicialmente em 2007 de R\$ 946,29 reais para R\$ 1.137,30 reais em 2008. O mesmo cenário se mostra na gradatividade da implantação do novo fundo ao longo de 2007 a 2010, demonstrado no Quadro 3.

Quadro 3: Implementação do FUNDEB (2007-2010)

	2007	2008	2009	2010
Impostos atuais	16,66%	18,33%	20%	20%
Impostos novos	6,66%	13,33%	20%	20%
Complementação	2 bilhões	3 bilhões	4,5 bilhões	10%
Matrículas	Ensino fundamental +1/3 das demais etapas	Ensino fundamental + 2/3 das demais etapas	Toda a educação básica	Toda a educação básica

Fonte: ARAÚJO, 2009, p. 36.

⁴ Disponível no site do FNDE: <https://www.fnde.gov.br/index.php/financiamento/fundeb/sobre-o-plano-ou-programa/sobre-o-fundeb>.

Além dos impostos já presentes no antigo FUNDEF, como o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), o Fundo de Participação dos Estados (FPE), o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e a Lei Complementar 87/1996, o novo fundo acresce mais outros três: o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotivos (IPVA), o Imposto de Transmissão *Causa Mortis* e Doação de Quaisquer bens e Direitos (ITCMD) e o Imposto sobre Propriedade Territorial Rural (ITR). Todos esses novos recursos em 2010 chegaram a compor 20% dos arrecadados do novo fundo, que foram destinados à toda educação básica (CÉSAR NUNES MILITÃO; NUNES MILITÃO, 2010).

As críticas que se fizeram entorno do FUNDEB, apontam que, o novo fundo apesar do significativo incremento de receitas para à educação básica, demonstrou ser insuficiente por, considerar que este acréscimo se diluirá com a inclusão de novas matrículas da educação infantil, ensino médio e demais modalidades, além da pretensa valorização dos profissionais da educação que, naquele momento histórico, não se tinha clareza quanto à melhoria salarial, diante do mínimo de 60% do orçamento do fundo (DAVIES, 2006). Outro elemento bastante criticado está na diferenciação da ponderação do custo-aluno nas diferentes etapas do ensino (PINTO, 2007). O Quadro 4, apresenta os fatores de ponderação adotado pelo Ministério da Educação após a promulgação do novo fundo.

Quadro 4: Fatores de ponderação do custo-aluno nas diferentes etapas do FUNDEB em 2007

Etapas ou modalidades	Fator de ponderação
EJA	0,7
Creche	0,8
Pré-escola	0,9
EF anos iniciais urbano (parcial)	1,0
EF anos iniciais no campo (parcial)	1,05
EF anos finais urbano (parcial)	1,10
EF anos finais no campo (parcial)	1,15
E. Médio urbano (parcial), educ. especial, indígena e quilombola	1,20
E. Médio no campo, E. Fundamental tempo integral	1,25
E. Médio integral, EM com educ. profissional	1,30

Fonte: PINTO, 2007, p. 891

Segundo o autor estes custos definidos estiveram longe da real necessidade das etapas e modalidades, sobretudo à educação infantil que teve fator de ponderação menor em relação às demais etapas. Nesse contexto, houve uma imensa pressão por parte de governos estaduais em retirar os alunos das creches e pré-escola do fundo, movimento este abortado em função da participação da campanha “FUNDEB Pra Valer” que garantiram a inclusão da educação infantil no orçamento

(PINTO, 2007).

Sem entrar em maiores detalhes do contexto que cercou a implementação do FUNDEB, o que extrapola o objetivo deste estudo, pretendemos ressaltar que esse processo da construção da nova política de fundos se deu cercada de contradições, de disputas e interesses, que consequentemente resultou em grandes avanços e algumas limitações.

Nesse regime colaborativo entre os entes da federação, no qual os Estados, Distrito Federal e Municípios são os principais responsáveis pela oferta da educação básica, a União cabe exercer as funções redistributiva e supletiva (segundo o art. 211 da CF de 1988), devendo prestar assistência técnica aos demais entes federados, a partir do modelo de *federalismo cooperativo* (MAFASSIOLI, 2017). Esta autora especifica cada uma dessas funções, no Quadro 5.

Quadro 5: Funções da União, no aspecto educacional

FUNÇÃO PRÓPRIA	FUNÇÃO SUPLETIVA	FUNÇÃO REDISTRIBUTIVA
Função indicada pela constituição como a de atuação prioritária, e que deve, portanto, ser sustentada com as fontes orçamentárias típicas ou próprias. No caso da educação, as referentes à manutenção e desenvolvimento do ensino. O Fundeb somente considerará para efeito de distribuição de recursos as matrículas dos entes nos respectivos âmbitos de atuação prioritária (art. 60, II, AdCT – EC n. 53/06)	Advém da obrigação federativa com maior capacidade de recursos financeiros e técnicos de auxiliar a de menor capacidade. Além de ser prevista no art. 211, é também indicada, por exemplo, no art. 30, VI, que estabelece como competência do município “manter com a cooperação técnica e financeira da união e do Estado, programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental” (grifos meus).	Corresponde à função da redistribuição de recursos, com objetivo de equalização e se insere no âmbito da cooperação federativa. É o que ocorreu no caso do Fundef e ocorre com a adoção do Fundeb, em que há inclusive fluxo horizontal de recursos entre municípios de um mesmo estado.

Fonte: MAFASSIOLI⁵, 2017, p. 106. (Grifos da autora)

Nesse processo, portanto, a União, por meio do MEC distribui os recursos aos entes da federação e organizações não governamentais sem fins lucrativos via o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O FNDE constitui-se como autarquia federal vinculada ao MEC (MAFASSIOLI, 2017). Criado em 1968, pela Lei N. 5.537/1968 inicialmente, como Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação e Pesquisa (INDEP), posteriormente modificado pelo Decreto-Lei N. 872/1969 com a atual nomenclatura, tem a finalidade de:

⁵ Mafassioli (2017) elabora essas informações a partir do estudo de Martins (2009) intitulado “O financiamento da educação básica por meio de fundos contábeis: estratégia política para a equidade, a autonomia e o regime de colaboração entre os entes federados”.

[...] captar recursos financeiros e canalizá-los para o financiamento de projetos de ensino e pesquisa, inclusive alimentação escolar e bolsas de estudo, observadas as diretrizes do planejamento nacional da educação (BRASIL, 1968, s/p).

Concebido ainda sob o aspecto *centralizador*, na Ditadura Militar em 1969, o FNDE cumpre, até hoje, o papel de ser o responsável pela execução das políticas educacionais de assistência técnica e financeira a todos os Estados, Distrito Federal e Municípios do território brasileiro, para toda educação nacional. Dentre suas atribuições está, o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), objeto deste estudo, que será discutido na seção seguinte.

3.3 O Programa Dinheiro Direto na Escola

Criado através da Resolução N. 12, de 10 de maio de 1995 (FNDE, [S.l.], s/a, s/p) antes denominado Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (PMDE) via Conselho Deliberativo do FNDE, posteriormente alterado para Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) por força da Medida Provisória N 1.784/1998 (MARINHEIRO, 2016), o programa, naquele contexto, atendia às escolas de ensino fundamental com transferências às redes estaduais e municipais. Segundo Peroni (2006, p. 333):

Inicialmente os recursos eram destinados apenas ao custeio das despesas das escolas e poderiam ser usados na manutenção e conservação do prédio escolar, aquisição de material necessário ao funcionamento da escola, capacitação e aperfeiçoamento de profissionais da educação, avaliação da aprendizagem, implementação do projeto pedagógico, aquisição de material didático/pedagógico e desenvolvimento de atividades educacionais diversas.

O repasse ainda era feito para as secretarias estaduais ou municipais, sendo apenas em 1997 que se torna obrigatório o envio diretamente para as Unidades Executoras (UEX). A partir disso, para terem acesso ao recurso, foi necessário a criação de uma UEX que, segundo a Resolução N. 3/1997 do FNDE (*apud* PERONI, 2006, p. 333) é uma:

[...] entidade de direito privado, sem fins lucrativos, representativa da comunidade escolar (caixa escolar, conselho escolar, associação de pais e mestres, etc.), responsável pelo recebimento e execução dos recursos financeiros recebidos pelo FNDE.

Além das UEXs, existem as Entidade Executora (EEX) que remetem às prefeituras e secretarias (estaduais, distritais e municipais) responsáveis pela adesão, execução e prestação de contas, para as escolas que não possuem UEX e; as Entidades Mantenedoras (EM) constituídas por instituições sem fins lucrativos

(MAFASSIOLI, 2017). É condição para criação de uma UEX, a escola ter mais de 50 alunos matriculados, de acordo com o censo escolar anterior, para recebimento do recurso direto na escola. Nas instituições com número inferior, os recursos são repassados para as EEX (FNDE, [S.I.], s/a, s/p).

O programa inicialmente funcionou em razão do número de matrículas, porém, a partir de 2004, novas ações foram sendo incorporadas à política como o: Programa Escola Aberta, PDDE Campo, PDDE Água, PDDE Acessibilidade e posteriormente, o Programa Mais Educação (PME) e Programa Ensino Médio Inovador (PROEMI), que assumiram um percentual significativo do orçamento do PDDE (PEREIRA, 2017). Atualmente se organiza, em: PDDE Básico, PDDE Estrutura e PDDE Qualidade, cada uma com subprogramas específicos, ou ações integradas (como hoje é chamado) (FNDE, [S.I.], 2021). No quadro 6, apresentamos os moldes operacionais atuais:

Quadro 6: Organização atual do PDDE

CONTA PDDE BÁSICO	PDDE Básico – 1ª e 2ª Parcelas; PDDE Desempenho
CONTA PDDE ESTRUTURA	Programa Sala de Recursos Multifuncionais; Programa Escola Acessível; Programa Água e Esgotamento Sanitário nas Escolas Rurais; Programa PDDE Escolas Rurais: Campo, Indígenas e Quilombolas.
CONTA PDDE QUALIDADE	Programa de Inovação Educação Conectada; Programa Novo Ensino Médio; PDDE Emergencial; Programa Tempo de Aprender; Programa Brasil na Escola; Programa Educação e Família; Programa Itinerários Formativos.

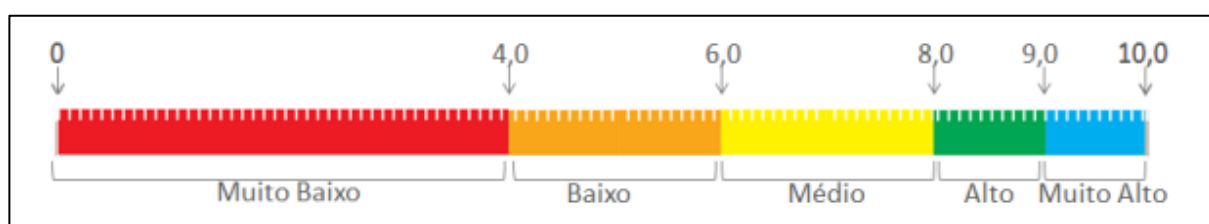
Fonte: FNDE, [S.I.], 2021. Elaborado pelos autores.

Como se observa no quadro 6, cada um desses recursos atende a demandas e finalidades específicas da realidade escolar, regidos por critérios e legislações próprias. Nota-se que o programa se expandiu ao longo de sua implementação e que sua concepção de assistência técnica e financeira vem abrangendo elementos mais complexos da realidade escolar, desde a rede de esgotamento sanitário ao fornecimento de novas tecnologias digitais para a rede de ensino.

A adesão ao programa atualmente se realiza através do sistema PDDEWeb – plataforma digital de cadastramento das UEX e EEX – desde que estejam regularizadas conforme os critérios postos na Resolução N. 15/2021. A permanência ocorre através da prestação de contas dos valores utilizados via comprovantes das despesas no Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SIGPC) (SANTANA, 2011). Os repasses dos valores dar-se-ão em duas parcelas anuais, devendo o pagamento da primeira parcela ser efetivado até 30 de abril e, segunda até 30 de setembro de cada exercício das EEX, UEX e EM, para aquelas que cumprirem as exigências de atualização cadastral até a data de efetivação dos pagamentos (MEC; FNDE, 2021).

Para monitorar o programa, o FNDE criou o Índice de Desempenho da Gestão Descentralizada do PDDE (IDEGES PDDE) para monitorar e avaliar a performance no uso dos recursos em todo território nacional (FNDE, 2018). O IDEGES é composto por três indicadores: **1) Índice de Adesão ao PDDE (IAd)**: mede a proporção de escolas que aderiram ao programa num determinado período, em relação ao total de escolas ou instituições aptas; **2) Índice de Execução de Recursos (IEx)**: mede a proporção de recursos disponibilizados e que foram executados e; **3) Índice de Regularidade com Prestação de Contas (IrPC)**: cálculo do total de prestações de contas consideradas *aprovadas* e *aprovadas com ressalva* em razão do total de instituições que devem prestar contas (MEC; FNDE, 2021). Estes indicadores são avaliados segundo uma escala de 0 a 10, conforme mostra a Figura 1:

Figura 1: Escala de avaliação do IDEGES PDDE



Fonte: MEC; FNDE, 2021.

O IDEGES PDDE pode ser acompanhado atualmente através do *Monitore PDDE* localizado no site do FNDE, onde se encontra o painel interativo com os dados de todo o país, podendo as informações serem filtradas por região (Centro-oeste, Sudeste, Nordeste, Norte e Sul), esfera (estadual ou municipal), município, Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) das UEXs, razão social da UEx, média do IDEGES e os demais índices já citados (FNDE, 2018). O painel do IDEGES, portanto, pretendeu a partir do monitoramento e avaliação dos recursos, orientar os Estados e Municípios para melhor uso da verba destinada pelo FNDE e, reconhecer iniciativas exitosas de gestão (VASCONCELOS; FRANCK, 2022).

As implicações do PDDE na gestão escolar são até hoje objeto de estudo no âmbito das políticas públicas. Apesar dos avanços no aumento da alocação de recursos para a educação, a desburocratização e descentralização de funções (ADRIÃO; PERONI, 2007), os impasses na autonomia, a influência da lógica neoliberal e gestão gerencial no ambiente escolar são elementos que comprometem a gestão democrática (SILVA; SANTOS, 2015).

4 METODOLOGIA DA PESQUISA

Nesta seção tratamos os aspectos metodológicos, apontando suas fases, os instrumentos e técnicas utilizadas que tornaram viável e possível o estudo.

4.1 Caracterização da pesquisa

Conforme mencionado este estudo se caracterizou por pesquisa bibliográfica, que é entendido conforme Gil (2008, p. 50) como aquela que “[...] é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos [...]”, embora que, não se deva confundir pesquisas bibliográficas com revisão da literatura, uma vez que estes estudos se desenvolvem “[...] exclusivamente a partir de fontes bibliográficas” (GIL, 2008, p. 50). Ou seja, afirma-se como estudo bibliográfico por utilizar fontes desta natureza, neste caso as teses e dissertações elaboradas pelas Instituições de Ensino Superior (IES) (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009).

Além disso, se define enquanto pesquisa de tipo exploratório por entendermos que visa “[...] proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito [...]” (GIL, 2002, p. 41), justamente pelo fato de que seria este o primeiro contato com o objeto, impedindo maiores aprofundamentos sobre o tema. Nesse sentido, adotamos a abordagem qualitativa para compreensão do objeto de estudo, por entender ser, “[...] um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada” (GODOY, 1995, p. 21). Ou seja, entende-se como sendo um estudo qualitativo por se ter maiores subsídios fornecidos pelas fontes secundárias, para pôr melhor se compreender o contexto do financiamento do PDDE nas produções científicas durante recorte temporal de 1995 a 2020.

4.2 Fases da pesquisa

Para o desenvolvimento da pesquisa utilizou-se das fases propostas por Marconi e Lakatos (2003) para a pesquisa bibliográfica que compreende os passos: a) escolha do tema, b) elaboração do plano de trabalho, c) identificação, d) localização, e) compilação, f) fichamento, g) análise e interpretação e h) redação. nesta pesquisa. A primeira etapa compreendeu a escolha do objeto de estudo, posteriormente organização dos procedimentos metodológicos, para então identificar a fonte onde os documentos seriam coletados; localização dos trabalhos na fonte

selecionada neste caso a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e, posteriormente, se passou a organizar, separando os trabalhos válidos ao estudo; para enquadrar na ficha bibliográfica recomendada por Lakatos e Marconi (2003). Somente após a organização desses critérios foi que se passou a analisar e interpretar as informações contidas nos documentos, segundo à Análise de Conteúdo de Bardin (1977) e orientações da Metapesquisa propostos por Mainardes (2018).

4.2.1 Coleta e preparação dos dados

Na ação de coletar as informações, dado a fonte em específico (bibliográfica), foram considerados algumas fases já apontadas por Marconi e Lakatos (2003). Para identificação das produções, selecionou-se a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) como o ambiente (repositório) de busca das informações. Escolhemos a biblioteca pela sua dimensão nacional e pelo fato de ser gerido pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBCT).

O BDTD tem por finalidade “[...] integrar, em um único portal, os sistemas de informação de teses e dissertações existentes no país e disponibilizar para os usuários um catálogo nacional [...] (IBCT⁶, [S.l.])”. Sendo assim, constituiu-se um ambiente seguro e amplo quanto aos trabalhos publicados pelas Instituições de Ensino Superior (IES) no país.

Dessa forma, foram utilizadas enquanto, estratégias de localização dos trabalhos, o uso de palavras-chave, operadores *booleanos* e filtros para uma busca mais exaustiva dos trabalhos que tiveram como enfoque o PDDE e suas ações agregadas. Para isso, definimos parâmetros de localização dos trabalhos. Esses parâmetros consistiram em: identificar (*identification phase*), utilizando de palavras-chave, operadores *booleanos* e filtros presentes na biblioteca, para depois entrar na triagem (*screening phase*), no qual seriam excluídos os trabalhos que não tivessem relação com o objeto de estudo, eleger (*elegibility phase*) os trabalhos a partir dos critérios postos na pesquisa, para então compor as amostras (*included phase*).

4.2.2 Ferramentas de busca

Conforme mencionado na seção anterior, foram utilizadas algumas ferramentas de busca para o processo de localização dos documentos, uma vez que a biblioteca

⁶ Disponível em: <https://sitehistorico.ibict.br/informacao-para-ciencia-tecnologia-e-inovacao%20biblioteca-digital-Brasileira-de-teses-e-dissertacoes-bdtd>

dispõe de trabalhos de diversas áreas de conhecimento. Portanto, para tornar este processo rápido e efetivo se reportou inicialmente ao uso de palavras-chave que caracterizam o PDDE, nos títulos e resumos, separadamente e simultaneamente.

As palavras-chave foram agrupadas em primárias e secundária, sendo a primeira relativa ao programa, como: “*PDDE*”, “*FNDE*” e “*Programa Dinheiro Direto na Escola*” e no segundo agrupamento, relativo às ações agregadas, a exemplo de: “*PDDE Estrutura*” que engloba “*Água e Esgotamento Sanitário*” e “*PDDE Escola Acessível*” e “*PDDE Qualidade*” que envolve “*Programa de Inovação Educação Conectada*”, “*PDDE Novo Ensino Médio*”, “*PDDE Emergencial*” e por fim “*PDDE Interativo*”.

Em caráter auxiliar reportamos ao uso dos operadores *booleanos* e filtros de busca presentes na BDTD. Estes operadores servem conforme apontam Pizzani et al. (2012, p. 59) como uma “[...] estratégia de busca formada por um conjunto de palavras ou expressões, ligadas por operadores booleanos - palavras que informam ao sistema de busca como combinar os termos de pesquisa” possibilitando assim, a redução ou ampliação dos resultados.

Os operadores utilizados foram: AND, OR e + que assumem respectivamente as funções: “e” para separação de palavras em termos compostos, “ou” para alternar entre termos sinônimos e “+” para tornar o termo obrigatório nos resultados de busca. Por fim os filtros utilizados se referem aos documentos teses e dissertações, idioma língua portuguesa e período temporal de 1995 a 2020.

4.2.3 Critérios de elegibilidade e inclusão

Diante de um número elevado de resultados de trabalhos, houve a necessidade de elaborar e elencar alguns critérios para inclusão e exclusão dos dados coletados. Para o documento ser considerado apto ele deve atender aos seguintes critérios: a) ser tese ou dissertação; b) estar vinculado à área de Educação; c) ter vínculo com o objeto de estudo; d) ter sido publicado por IES pública; e) estar em idioma língua portuguesa; f) estar situado no recorte temporal de 1995 a 2020. Além disso, o documento precisava estar disponível de forma integral na biblioteca, para consulta do trabalho completo.

O documento para ser classificado como não-aptos deveria: a) ser outro tipo de documento; b) vinculado a outra área de conhecimento; c) não ter vínculo com o objeto

de estudo d) ter sido publicado por IES privada; e) estar em outro idioma e f) estar fora do recorte temporal.

Abaixo segue um quadro que sumariza esta fase de coleta dos trabalhos, dentro da BDTD.

Quadro 7: Etapas da coleta de dados

Identificação	Fonte	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações					
	Núcleo de referência	Resumos			Títulos		
	Palavras-chaves e/ou descritores	Primária	PDDE	FNDE	Programa Dinheiro Direto na Escola		
		Secundária	PDDE estrutura	Água e Esgotamento Sanitário	Escola Acessível		
			PDDE Qualidade	Educação Conectada	Novo Ensino Médio	Emergencial	
Operadores booleanos	AND	+		OR			
Triagem	Inclusão	Teses	Dissertações	Área de educação	IES públicas	Língua Portuguesa	Recorte temporal 1995-2020
	Exclusão	Vínculo com outras áreas de conhecimento		Outros tipos de trabalhos	IES privadas	Língua estrangeira	
Elegibilidade	Trabalhos aptos				42 elegíveis		
	Trabalhos não aptos				242 não elegíveis		

Fonte: Dados da pesquisa (2022). Elaborado pelos autores.

4.3 Instrumentos e técnicas de organização das informações

Tendo coletado os trabalhos segundo os critérios comentados anteriormente, tratamos de organizá-los em planilhas, usando do *Google Spreadsheets*™ para registrar todos os resultados encontrados na biblioteca. Inicialmente consideramos os itens: código de identificação, título, autor(a), orientador(a), ano da defesa, instituição de defesa, tipo de documento e endereço eletrônico. Estes itens serviram para eleger quais documentos estavam aptos ou não a participar do estudo (VOSGERAU; POCRIFKA; SIMONIAN, 2016).

Posteriormente a seleção dos trabalhos aptos, foi criada uma planilha elencando apenas os selecionados, com a adição de outros elementos a serem preenchidos, como: resumo, palavras-chave, co-orientador(a), banca examinadora, Unidade Federativa (UF) e região etc.

Após isso, os trabalhos aptos foram organizados segundo uma ficha de arquivamento – usando do *Google Documents*TM, conforme recomenda Marconi e Lakatos (2003) nas pesquisas bibliográficas. Para análise das fichas nos reportamos aos assuntos (ver Quadro 8), envolvendo a sistemática da política de financiamento do PDDE nas teses e dissertações aptas.

Quadro 8: Assuntos coletados nas teses e dissertações

Autor(a)	Autor(a) do trabalho
Tema	Tema e/ou objeto de estudo
Problema de pesquisa	Problema de pesquisa que norteou o trabalho
Objetivo geral	O objetivo geral da pesquisa
Metodologia	Abordagem metodológica
Instrumento de coleta de dados	Instrumento utilizado na pesquisa
Método de análise	Referencial de análise
Considerações finais	Breve considerações final sobre o resultado da pesquisa

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Também recorremos ao Iramuteq⁷, um *software* de licença *General Public License version 2* (GNU GLP v2) - ou seja distribuído gratuitamente, que nos permitiu realizar análises textuais a partir de técnicas estatísticas como *análise de similitude*, *nuvem de palavras* e *classificação hierárquica descendente* dentre outros (ver na seção 5).

4.4 Método de análise dos dados coletados

A análise dos dados coletados, organizados e processados, seguiram os critérios postos por Laurence Bardin (1977) na *Análise de conteúdo*, isto é, às fases que correspondem a “*Organização da análise*” que são: a) pré-análise; b) a exploração do material; c) tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. A primeira fase já foi anteriormente comentada, visto que se trata da escolha e seleção dos materiais a serem compreendidos. Na segunda, operou-se as técnicas de análise textual e temática, a partir do *software Iramuteq* e na terceira fase se aplicou as orientações postas por Mainardes (2018) no âmbito da *metapesquisa* das políticas educacionais.

⁷Disponível em: <http://www.iramuteq.org/>

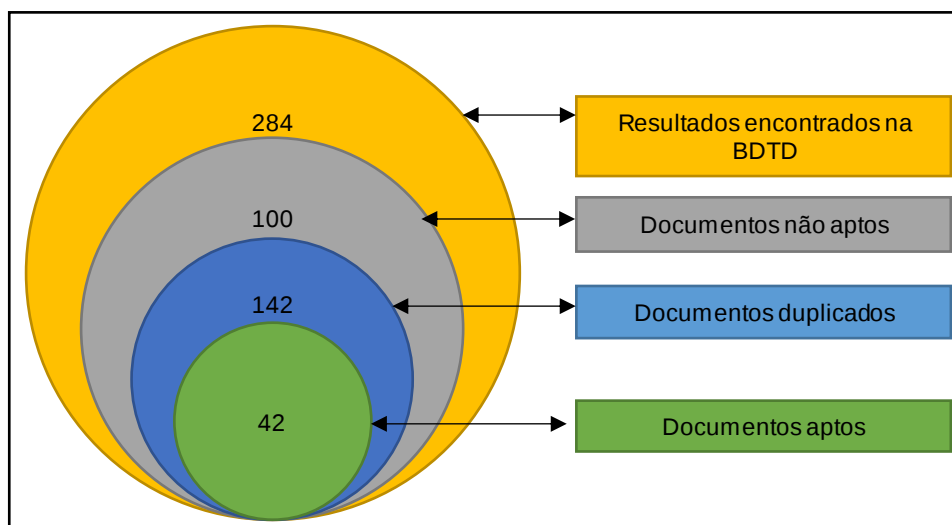
5 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Nesta seção, com a finalidade de responder o problema de pesquisa e atender aos objetivos propostos, abordamos os resultados obtidos a partir dos documentos coletados, apontando os principais argumentos acerca das informações trabalhadas (ver seção 2).

5.1 Conjunto das amostras

Compuseram as amostras, no ato da coleta e identificação, 285 resultados registrados na BDTD, sendo 209 dissertações e 75 teses. Contudo, desse total, 42 trabalhos foram considerados aptos⁸, 100 não aptos e 142 resultados duplicados. As teses e dissertações consideradas pertinentes ao estudo, compuseram nosso *corpus* (ver Figura 1), isto é, o conjunto de documentos bibliográficos que se constituem dados para o processo de análise.

Figura 2: Composição do corpus



Fonte: Dados da pesquisa (2022). Elaborado pelos autores.

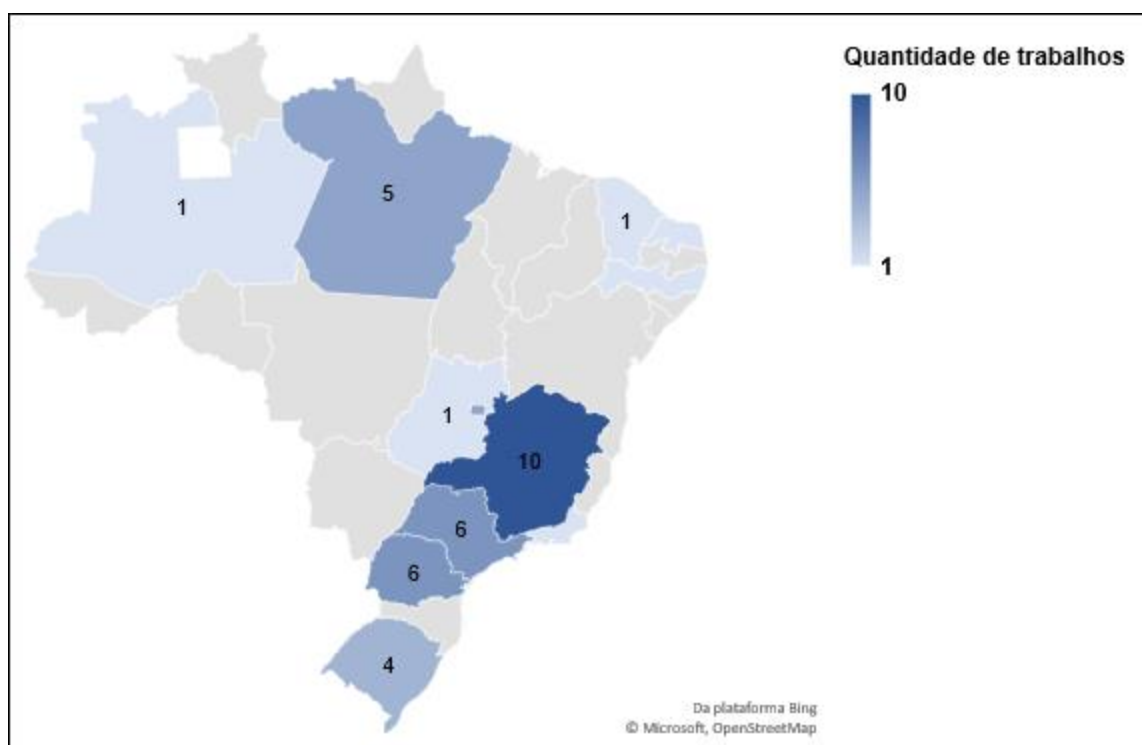
Desses 42 documentos, 10 são teses e 32 são dissertações defendidas no âmbito da pós-graduação em diferentes Instituições de Ensino Superior no país. Nesse contexto é válido mencionar que o processo de formação de um *doutor* demanda um tempo maior se comparado ao *mestre*; dessa forma, é aceitável entender que existam mais dissertações sobre o tema, no recorte temporal adotado. Há de se mencionar também os trabalhos que poderiam ter sido incorporados

⁸ Fazemos a ressalva que o acervo da BDTD possui limitações, visto que as produções que datam da década de 1990 e anterior, portanto, estes números não são absolutos.

enquanto aptos, mas que não foram por motivos de infraestrutura tecnológica da BDTD, visto que nem todos os trabalhos se encontravam disponíveis para consulta, em razão de terem sido publicados antes da implementação da biblioteca, em âmbito nacional.

Nesse conjunto de amostras, a região que liderou na produção acadêmica sobre o PDDE foi a Sudeste, com 17 nos Estados de Minas Gerais e São Paulo, seguido das regiões Sul, Centro-oeste e Norte do país. A região Nordeste foi a que menos produziu, sobre o programa, evidenciando uma escassez de pesquisas sobre a temática, no âmbito da pós-graduação, conforme se apresenta na figura 2.

Figura 3: Quantidade de teses e dissertações por Estados



Fonte: Dados da pesquisa (2022). Elaborado pelos autores.

Diante disso, quantificamos essas produções por IES (ver tabela 1), no qual verificamos que na região Sudeste do país, as Universidades Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade Federal de Brasília (UnB) e Universidade Federal do Paraná (UFP) foram as que mais publicaram no âmbito das pós-graduações sobre a temática do PDDE.

Tabela 2: Quantidade de trabalhos (BDTD) por IES

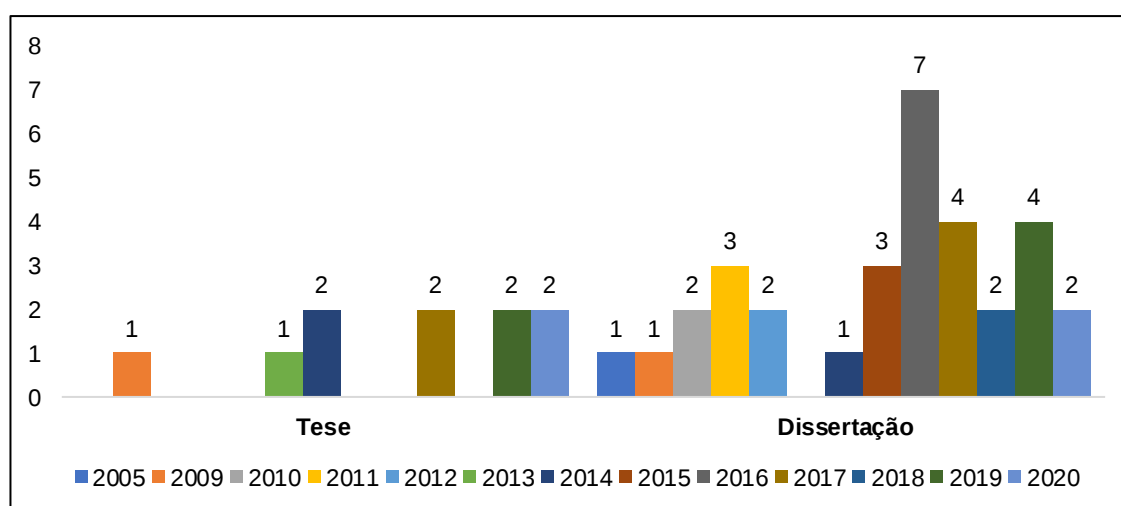
Instituição de Ensino Superior	Quantidade de trabalhos
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	7
Universidade de Brasília (UnB)	5
Universidade Federal do Paraná (UFP)	4
Universidade Federal do Pará (UFPA)	3

Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)	2
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	2
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)	2
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)	2
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	1
Universidade Católica de Santos (UNISANTOS)	1
Universidade de São Paulo (USP)	1
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)	1
Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS)	1
Universidade Estadual de Londrina (UEL)	1
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)	1
Universidade Estadual Paulista (UNESP)	1
Universidade Federal de Goiás (UFG)	1
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	1
Universidade Federal de São Carlos (UFSC)	1
Universidade Federal de Viçosa (UFV)	1
Universidade Federal do Ceará (UFC)	1
Universidade Federal do Rio Grande (UFRG)	1
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	1
Total	42

Fonte: Dados da pesquisa (2022). Elaborado pelos autores.

Essa informação só corrobora na hipótese de que, no âmbito do financiamento do PDDE a região sudeste e sul do país foram as que mais publicaram (nas pós-graduações em educação) sobre este objeto de estudo, desde sua implementação em 1995. O período temporal (ver figura 3) dessas produções também nos aponta informações relevantes na compreensão desse cenário mais amplo.

Figura 4: Quantidade de teses e dissertações por período temporal



Fonte: Dados da pesquisa (2022). Elaborado pelos autores.

Conforme se apresenta na figura 3, as produções tiveram uma periodicidade a partir de 2010, no qual o pico se deu em 2016 com 7 dissertações defendidas e publicadas na BDTE. As teses ficaram entre uma e duas por ano, algumas

consecutivas, outras dispersadas ao longo do tempo 2005-2020⁹, o que evidencia um certo interesse por parte de uns pesquisadores e programas de pós-graduação sobre o tema ao longo de sua implementação e consolidação, enquanto política pública de financiamento.

A partir disso, tratamos de analisar o conjunto das amostras, a partir dos textos propriamente dito, identificando os principais assuntos abordados no corpo dos trabalhos. Para isso, nos reportamos ao *software* de análise textual e lexical *Iramuteq*, para operacionalizar os procedimentos de estatística textual, classificação hierárquica descendente, *análise de similitude* e *nuvem de palavras*, no qual são tratados na seção seguinte.

5.2 Análise textual dos *corpora*¹⁰

Conforme apontado anteriormente, para composição dos *corpora* recorreremos aos títulos, resumos e palavras-chave dos 42 trabalhos que fizeram parte do conjunto de amostras final, sendo cada uma delas um *corpus*. Essas partes foram devidamente separadas, organizadas e formatadas para serem inseridas no programa *Iramuteq*, com vistas a identificar, com o uso das técnicas estatística lexicográfica, classificação hierárquica descendente, análise de similitude e nuvem de palavras, os principais assuntos abordados no âmbito da área financiamento da educação, em específico envolvendo o Programa Dinheiro Direto na Escola.

É válido mencionar que, cada uma dessas partes passou por um processo de organização e formatação, seguindo as orientações formuladas por Camargo e Justo (2013a)¹¹ traduzidas para a língua portuguesa. Alguns desses critérios, envolve a exclusão de caracteres especiais como: aspas (“), apóstrofo (’), hífen (-), cifrão (\$), porcentagem (%), reticências (...) e asterisco (*) – este só se usa para separar cada texto. Além disso, as palavras compostas hifenizadas, foram unidas com o uso do *underline* (_) e as siglas foram redigidas em minúsculo, uma vez que, em maiúsculo o *software* compreende como letras separadas, ademais outras regras que foram seguidas. Os *corpora* foram tratados na codificação *Unicode Transformation Format*

⁹ Lembramos da observação de que, tratamos esse cenário com base nos números obtidos na base de dados da BDTD, considerando os aspectos metodológicos apresentados na seção 4.

¹⁰ Segundo o **Dicionário Priberam (online)** da língua portuguesa, *corpora* é o plural de *córpus* que se refere-se: 1 “uma colectânea acerca de um mesmo assunto” ou 2 “conjunto de documentos que servem de base para a descrição ou o estudo de um fenómeno”.

¹¹ Refere-se ao documento “**Tutorial para uso do software de análise textual IRAMUTEQ**” disponível em: <http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/tutoriel-en-portugais>.

(UTF) 8, a partir do editor de texto *Notepad++*¹² por ser de código aberto e distribuído enquanto *software* livre.

Em linhas gerais, o que se pretendeu com essa estatística lexicográfica? Segundo Lebart & Salem (1988 *apud* CAMARGO; JUSTO, 2018, p. 14) permite identificar e reformatar,

as unidades de texto, transformando textos em ST [Segmento de Texto], identifica a quantidade de palavras, frequência média e *hápax* (palavras com frequência igual a um), pesquisa o vocabulário e reduz as palavras com base em suas raízes (formas reduzidas) ou lematiza, cria do dicionário de formas reduzidas, identifica formas ativas e suplementares.

Dessa forma, buscamos no uso dessa técnica, compreender como os textos se constituem na sua estrutura textual. Além disso, se reportamos ao *Diagrama de Zipf* para visualizar o comportamento das frequências das palavras no *corpus*, a partir de um gráfico.

No *corpus 1*, que compuseram os títulos dos trabalhos, o *Iramuteq* reconheceu os 42 textos, verificou 621 ocorrências (segmentos de textos - ST) em 206 formas, com 124 *hápax* (palavras com única frequência) com média 14.79 de ocorrências por texto. No *corpus 2*, referente aos resumos das teses e dissertações, o programa localizou 42 resumos válidos, 14.4410 segmentos de textos, distribuídas em 2.041 formas, com 958 *hápax* e uma média de 343.10 de ocorrências por texto. Por fim, o *corpus 3* que reuniu as palavras-chave dos documentos pesquisados, foram identificados 41 textos (em virtude de um trabalho não conter palavras-chave), 252 ocorrências, em 108 formas, 65 *hápax* com média de 6.15 de ocorrências por texto.

A partir dos dados acima citados, no *corpus 1* a tendência observada foi que, houve um número relativamente baixo de repetição de palavras (formas ativas¹³) e um número superior de repetições, mas de formas suplementares¹⁴ (a exemplo de preposições e artigos definidos). Dentre as três palavras mais citadas, ficaram: *programa dinheiro direto na escola*, *educação* e *ensino*. Vale mencionar que neste *corpus* foi onde se observou maior número de palavras citadas apenas uma vez. O *corpus 2*, por sua vez, revelou que houve uma grande repetição de palavras de formas suplementares, o que era esperado já que se trata de resumos, e dentre as formas

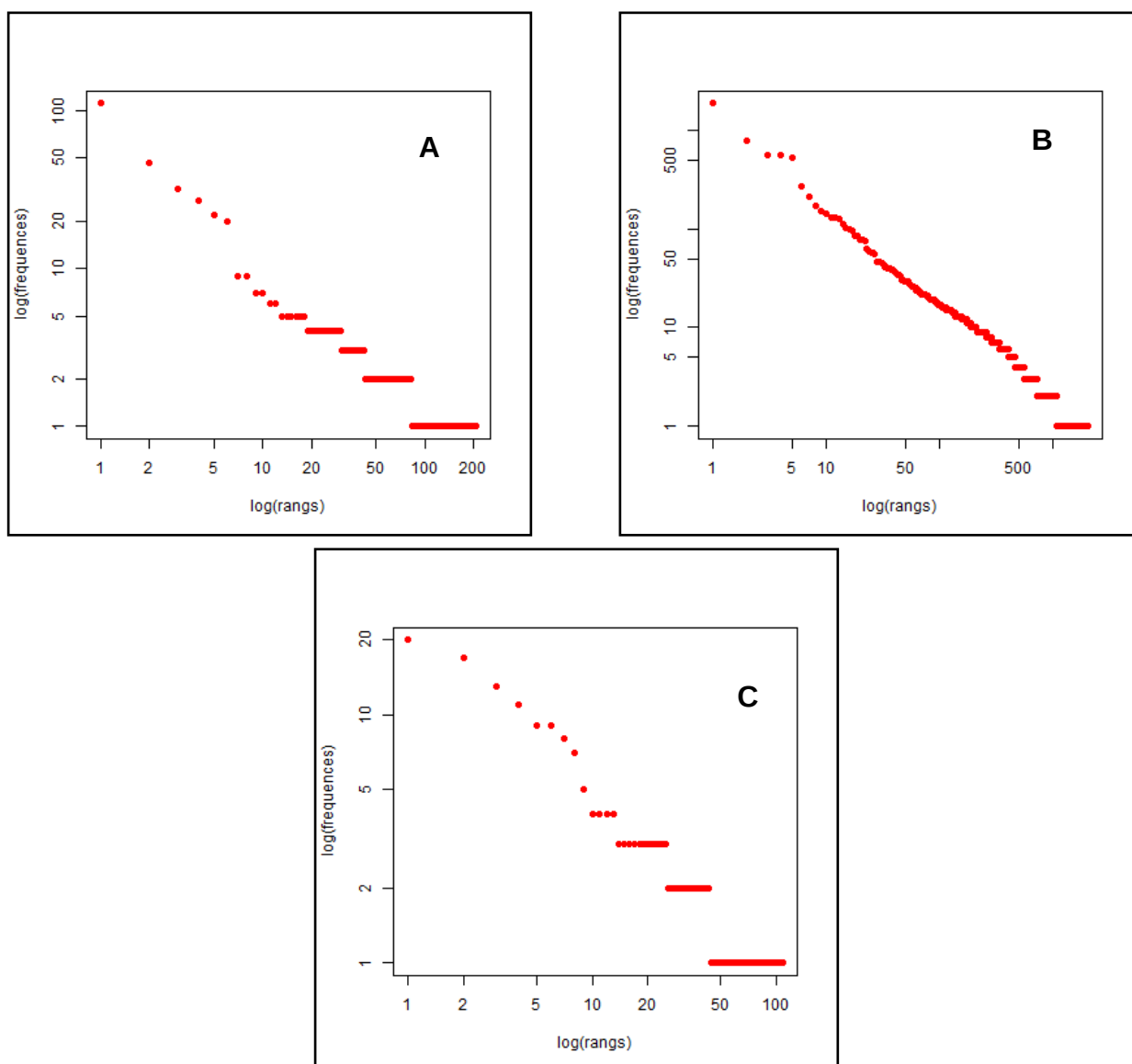
¹² O Notepad++ pode ser consultado e baixado gratuitamente no endereço: <https://notepad-plus-plus.org/>.

¹³ Formas ativas se referem as palavras principais encontradas no *corpus*, que se referem aos: substantivos, adjetivos, verbos, advérbios e palavras não identificados (SALVIATI, 2017).

¹⁴ As formas suplementares por sua vez, referem às palavras secundárias encontradas no *corpus*, que são: conjunções, preposições, artigos definidos e indefinidos, pronomes etc. (SALVIATI, 2017).

ativas mais citadas temos os temas: *Escola*, *Programa Dinheiro Direto na Escola* e *Educação*. O *corpus 3*, em detrimento de ser apenas palavras-chave mostrou que dentre as palavras mais citadas estão as formas ativas, estas sendo *Programa Dinheiro Direto na Escola*, *Gestão escolar* e *Descentralização*. As demais tiveram frequências inferiores a 10 ocorrências, (que incluem as formas suplementares), mostrando que, no tocante à política de financiamento em questão, há termos que são imprescindíveis, ou seja, que são muito frequentes quando se discute o PDDE. A Figura 4 apresenta a partir do *Diagrama de Zipf* o cenário apresentado no âmbito dos três *corpus*.

Figura 5: Diagrama de Zipf dos títulos, resumos e palavras-chave



Fonte: Dados da pesquisa (2022). ¹⁵

¹⁵ Legenda: **A:** Títulos; **B:** Resumos; **C:** Palavras-chave.

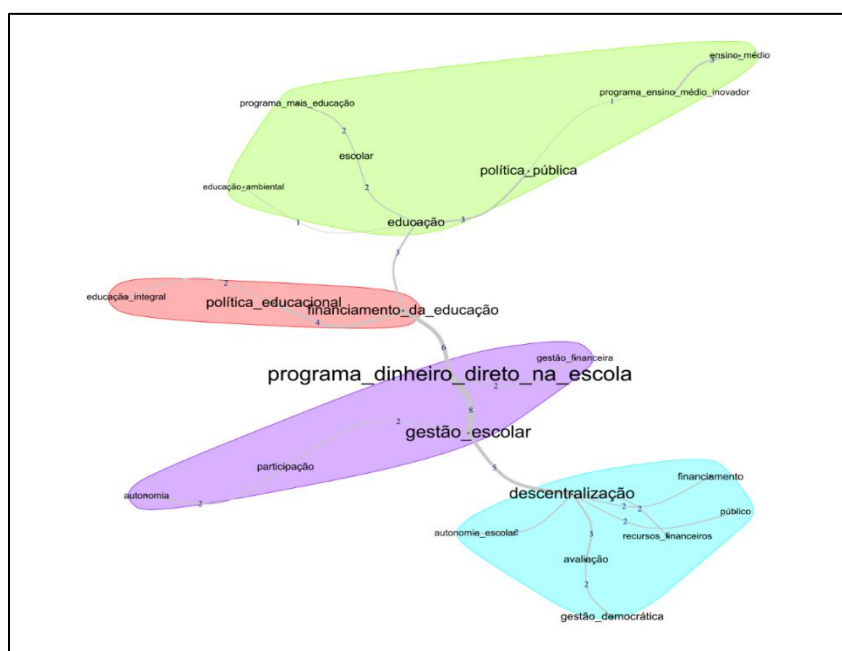
Observa-se que, pela natureza do resumo (B) ser extenso e envolver diferentes tipos de palavras e classes gramaticais, o eixo y é o que apresenta a maior frequência, de intervalo, entre uma a 500 por palavra, enquanto aquelas de pequenas quantidades se repetem, como se ver no eixo x. O outro *corpus* se assemelhava quanto a quantidade de palavras com as maiores e menores repetições de termos relacionados com o PDDE, podem ser visualizados nos pontos mais isolados no eixo y. Em que resultam essas informações? Que apesar dos documentos analisados envolverem o PDDE em diferentes contextos, certos elementos são constantes ou até mesmo indispensáveis na caracterização do programa, como gestão escolar e descentralização, sendo permanente ao longo ao trabalho.

Além disso, outra técnica utilizada na compreensão destes textos foi a *análise de similitude* que nas palavras de Salviati (2017, p. 69) nos permite:

[...] mostrar um grafo que representa a ligação dentre palavras do *corpus* textual. A partir desta análise é possível inferir a estrutura de construção do texto e os temas de relativa importância, a partir da ocorrência entre as palavras.

Em outras palavras, possibilitou identificar e relacionar os termos utilizados a partir de sua ocorrência no texto. Este procedimento foi executado no *corpus* 3 (conforme se vê na Figura 5) por ser possível melhor relacionar as temáticas em evidência nos textos, visto que o resumo apresenta muitos caracteres e termos que poderiam tornar esse processo pouco eficaz.

Figura 6: Grafo de similitude (corpus 3)



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Conforme se observa na figura 5, o *Iramuteq* identificou quatro marcadores temáticos nas palavras-chave das teses e dissertações que caracterizam como esses trabalhos retratam a política de financiamento em questão, o PDDE. Esses marcadores se representaram pelos termos: *Programa Dinheiro Direto na Escola, Descentralização, Educação e Financiamento da Educação*. Se observa que os elementos que tratam do programa possuem relação com a gestão escolar, gestão financeira e estas, com a participação e autonomia. O elemento de descentralização vem se relacionando com o da autonomia escolar, financiamento, recursos financeiros, público e avaliação que, por sua vez, se conecta com a gestão democrática. No elemento financiamento aparece política educacional e educação integral como termos correlacionados. E em *educação* apresenta-se política pública, Programa Ensino Médio Inovador e Ensino Médio, como elementos caracterizadores, bem como os termos escolares, o Programa Mais Educação e a Educação Ambiental. Salienta-se que os *scores* apresentados na figura 5 apontam para uma tríade: gestão escolar, financiamento da educação e descentralização, uma vez que foram os que obtiveram a maior pontuação em relação ao programa.

Portanto o que se compreende a partir dessas informações? Segundo apontam Lima e Mendes (2006, p. 63):

a agenda de reformas dos 1990 – de Fernando Henrique Cardoso – foi rica em alteração da distribuição de competências entre os municípios, estados e governo federal para provisão dos serviços sociais, cujo paradigma é: descentralizar a alocação de recursos federais e introduzir os princípios de mercado para os referidos serviços.

Ou seja, o elemento principal e fundante do PDDE é a descentralização dos recursos para os municípios e conseqüentemente às escolas e, é isto que está sendo representado nos marcadores temáticos, uma vez que destaca a transferência da responsabilidade de gestão dos recursos para as escolas a partir de seus conselhos escolares. Segundo Marques (2011, p. 136) os conselhos escolares é um mecanismo de operacionalizar a gestão participativa democrática, uma vez que:

É um órgão deliberativo, responsável pela gestão das Unidades Escolares, cuja composição é constituída por representantes dos diferentes segmentos da comunidade escolar, proporcionando a tomada de decisões (políticas, administrativas, pedagógicas, financeiras) considerando a contribuição de seus membros.

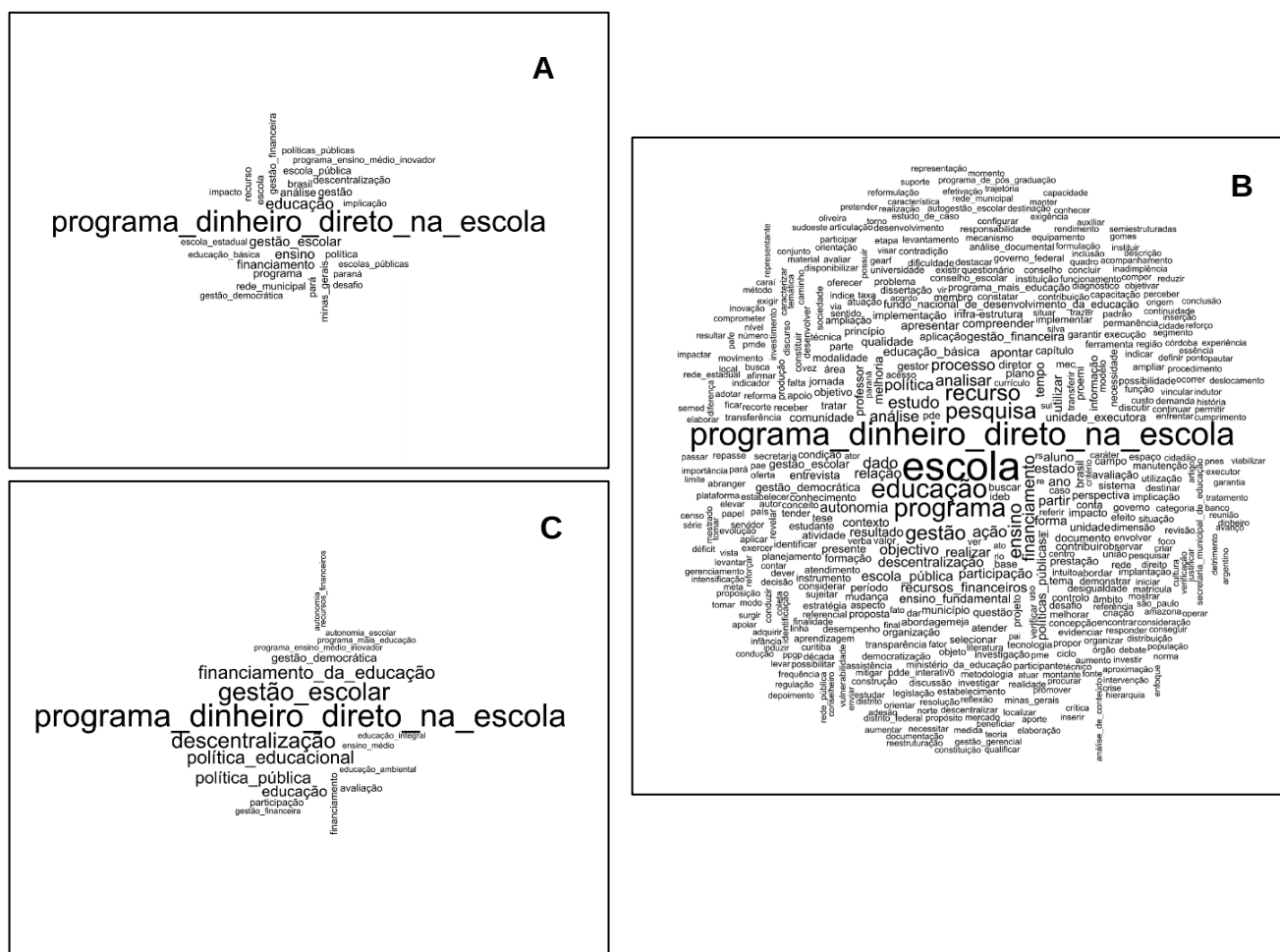
Em tese, essa descentralização dos recursos favorece, a tomada de decisão de forma colaborativa entre os participantes do conselho escolar e promove a gestão democrática na escola. Todavia, existem as contradições dentro do conselho escolar,

por compreender pluralidades de ideias, conflitos, interesses e antagonismos de sua operacionalização, assim como a perspectiva de financiamento, que se ampara nesse contexto de expansão neoliberal e, também, segundo Neto e Oliveira (2006, p.29) em:

Questões técnicas, de eficiência/ineficiência na gestão dos recursos materiais e humanos. É nessa proposta de reestruturação neoliberal de gestão que se insere a redefinição de educação, em termos de mercado, traduzida em soluções como a descentralização, a desregulação e a privatização.

Portanto, o que se observa a partir desses marcadores temáticos é a afirmação daquilo que as pesquisas em financiamento da educação já vêm mostrando ao longo da década de 1990: o avanço neoliberal, a partir de políticas de descentralização e o debate acerca da gestão democrática como potencializador da gestão eficaz de recursos financeiros por parte da União. Na Figura 6 apresentamos uma *nuvem de palavras* que reforça os argumentos aqui discutidos.

Figura 7: Nuvem de palavras dos títulos, resumos e palavras-chave



Fonte: Dados da pesquisa (2022) ¹⁶.

¹⁶ Legenda: A: Títulos; B: Resumos; C: Palavras-chave. OBS: Salienta-se que, na Figura A, B e C as formas suplementares foram excluídas.

A *nuvem de palavras* nos permite identificar os termos mais buscados em sites ou portais na internet, podendo ser utilizado como ferramenta de ensino-aprendizagem e até mesmo como recurso para análise de dados em diversas áreas de conhecimentos (VILELA; RIBEIRO; BATISTA, 2020). Nota-se que certos elementos se repetem nas diferentes partes dos trabalhos selecionados. Dos termos mais recorrentes que se apresentam na figura 6, alguns são fundamentais na localização dos trabalhos que tratam sobre o PDDE. Portanto, além de indicadores temáticos, servem como indexadores nas bases de dados de caráter acadêmico, como no caso da BDTD.

Outra forma de compreender as informações presente nos três *corpus* é a Classificação Hierárquica Descendente (CHD), ou o Método de Reinert que trata de um método que classifica segmentos de textos em classes, a partir de sua proximidade, além de hierarquizar a relação entre elas, a partir das classes criadas (CERVI, 2018). Este processo é automatizado, permitindo ao pesquisador uma análise lexical de conteúdos de textos e documentos, como apontou Cervi (2018, p. 8) a CHD,

[...] parte da lógica da existência de correlação entre termos dentro de um mesmo segmento de corpus textual. A definição dos limites do corpus textual e a mediação da intensidade de presença dos termos em diferentes corpus permite identificar possíveis associações entre termos por proximidade e intensidade.

Em outras palavras, a CHD permite o agrupamento de palavras, termos, ou palavras-chave estatisticamente relevantes - segundo sua semelhança -, diante de sua presença (frequência). Nessa organização, cada uma das teses e dissertações compuseram o que se denomina de Unidade de Contexto Inicial (UCI), onde se extraem as classes que são compostas pelas Unidade de Contexto Elementar (UCE) ou ST (Souza et al., 2018).

Inicialmente presente no *software Analyse Lexicale par Context d'un Ensemble de Segments de Texte*, ou ALCESTE - como ficou conhecido - foi desenvolvido pelo próprio Reinert. A CHD encontra-se também presente no *Iramuteq*, software que utilizamos para operacionalizar este procedimento (CAMARGO, JUSTO, 2013b).

Seguimos as orientações propostas por Cervi (2018, p. 9) em não pré-estabelecer variáveis ou categorias a serem analisadas nos textos, uma vez que “[...] não há garantia de que eles serão capazes de capturar todas as especificidades do texto em análise”. Diante disso, usamos os resultados obtidos pelo *software* (nos

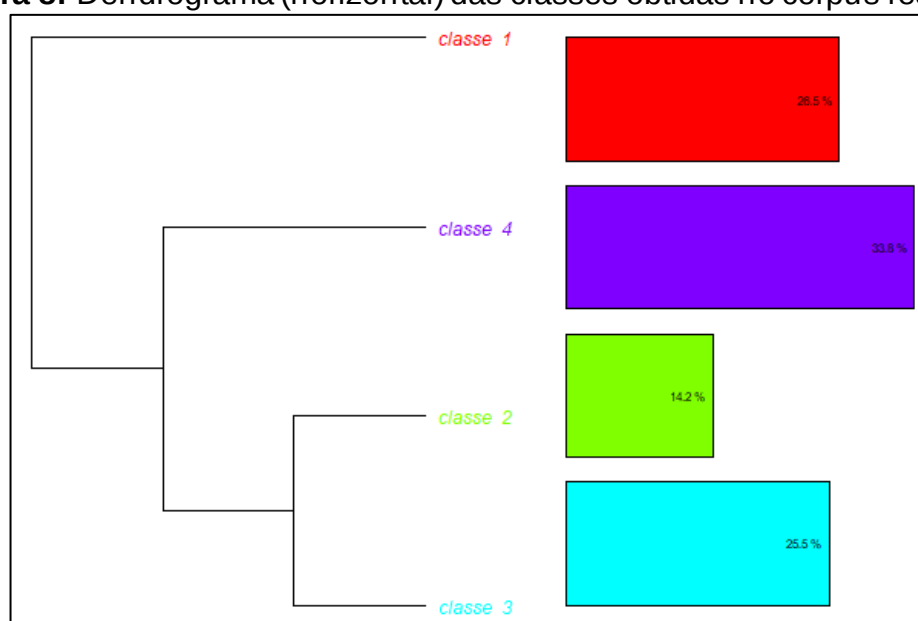
resumos) como dados empíricos, e que representam a situação *real* das teses e dissertações.

Para a realização da CHD foi necessário percorrer três etapas: a) preparação e codificação dos textos; b) processamento dos dados e c) interpretação das classes geradas (Souza et al., 2018). A primeira etapa consistiu em transcrever os resumos das teses e dissertações, que compuseram o *corpus* em questão em um único arquivo. Como eram 42 resumos, se organizou 42 textos, sendo estes a Unidade de Contexto Inicial (UCI), que foram separados por uma linha de comando, compreendendo uma única variável correspondente ao código de cada tese e dissertação considerada apta para ser incluída na análise.

O processamento é a inserção do arquivo do *corpus* para o procedimento propriamente dito. Nesta pesquisa, se obteve uma retenção de segmentos de textos de 75,69% sob 302 segmentos classificados de 399 totais de ST ou UCE, divididos em 4 classes ou *clusters*. Camargo e Justo (2018, p. 34) relembram que: “[...] as análises do tipo CHD, para serem úteis à classificação de qualquer material textual, requerem uma retenção mínima de 75% dos segmentos de texto.” Com isso, podemos afirmar que o procedimento atingiu o grau de confiabilidade previsto.

A partir disso, a CHD cria uma dendrograma (Figura 7) das classes processadas, demonstrando a relação entre elas. Cada classe é apresentada por uma cor diferente.

Figura 8: Dendrograma (horizontal) das classes obtidas no corpus resumos

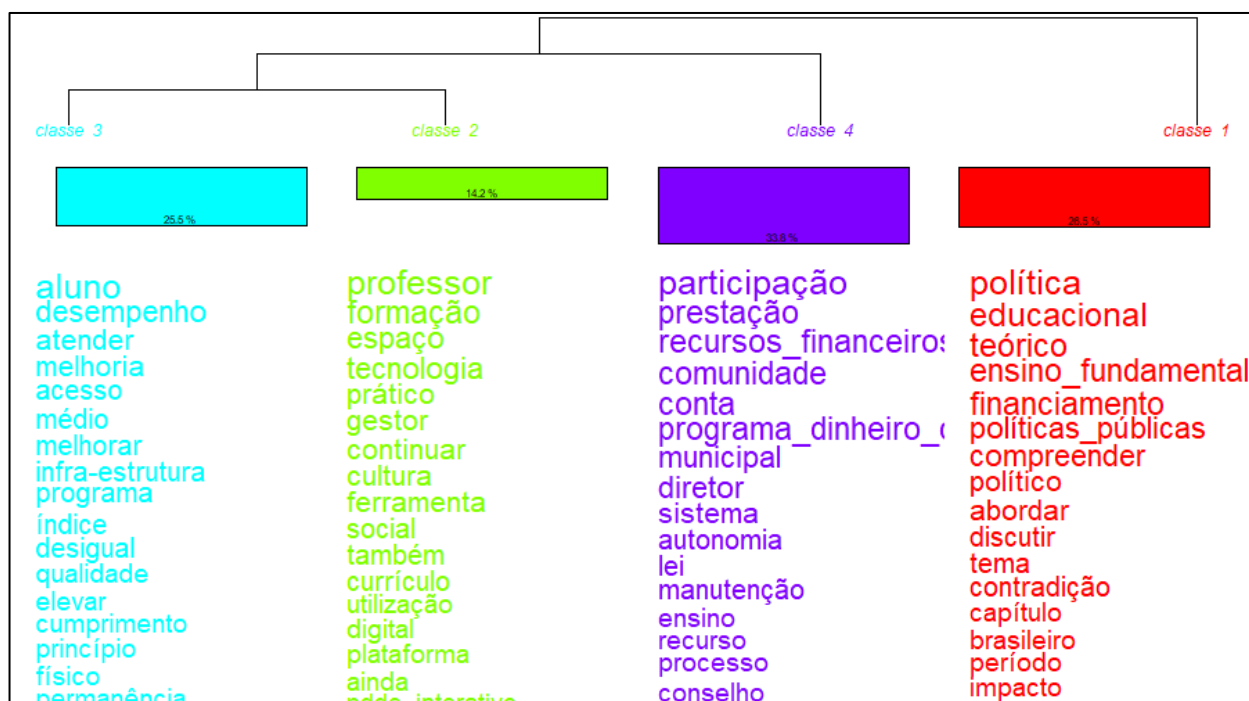


Fonte: Dados da pesquisa gerados pelo IRAMUTEQ, 2022.

Conforme se observa na figura 7, foram obtidas 4 classes divididas e subdivididas em dois *subcorpora*, sendo a classe 1 a mais distante entre as demais e as classes 2 e 3 mais próximas entre si. A leitura do dendrograma deve ser feita da esquerda para a direita (Souza et al., 2018). Nesse sentido o primeiro *subcorpus* obteve a classe 4 com 102 ST ou UCE que correspondeu a 33,77% do total. Neste mesmo *subcorpus* houve uma segunda subdivisão que agrupou a classe 3 com 77 UCE e a classe 2 com 43 UCE, que representaram respectivamente 25,5% e 14,24%. O segundo *subcorpus* se obteve a classe 1 com 80 UCE, representando 26,49% do total dos *clusters*.

Para cada uma das classes, o *Iramuteq* gera uma lista de palavras a partir do teste qui-quadrado (χ^2). Também proporciona mais um tipo dendrograma para análise, como o dendrograma horizontal descrito antes e dendrograma vertical (Figura 8) apresentando as principais palavras de cada classe.

Figura 9: Dendrograma (vertical) das classes obtidas no corpus resumos

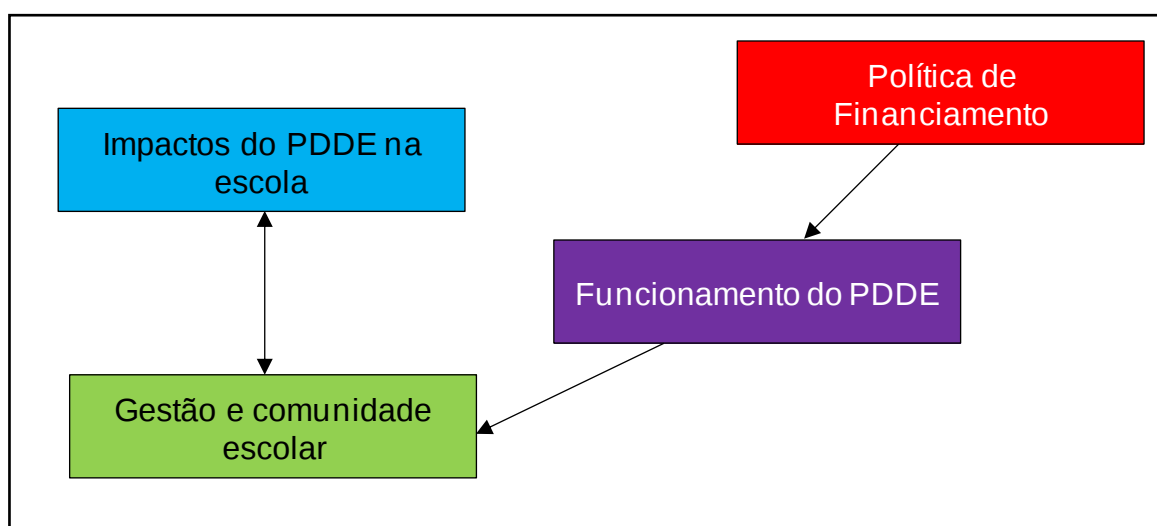


Fonte: Dados da pesquisa gerados pelo Iramuteq, 2022.

Com este dendrograma foi possível visualizar o dicionário gerado das palavras que obtiveram maior porcentagem e frequência nos textos, diante das classes configuradas. A partir disso foi possível compreender e nominar tematicamente cada um dos agrupamentos. Cada um desses *clusters* apontam para questões que são abordadas nos textos acerca do PDDE no âmbito nacional.

Nomeamos os agrupamentos segundo as relações com a política de financiamento em questão, neste caso o PDDE. A classe 1, evidencia a dinâmica da “Política de Financiamento”; a classe 4 o “Funcionamento do PDDE”; a classe 2 a “Gestão e Comunidade Escolar” e por fim; a classe 3 os “Impactos do PDDE na escola”. Coloca-se a observação, de que há uma maior proximidade entre a classe “Gestão e Comunidade Escolar” e “Impactos do PDDE na escola” e uma relativa distância entre a classe “Funcionamento do PDDE” e um isolamento, ou distanciamento maior na classe “Política de Financiamento”. Cabe observar a Figura 9 que ilustra a relação das classes antes descritas, a partir da compreensão dos dados empíricos.

Figura 10: Relação entre as classes do corpus resumos



Fonte: Dados da pesquisa, 2022. Elaborado pelos autores.

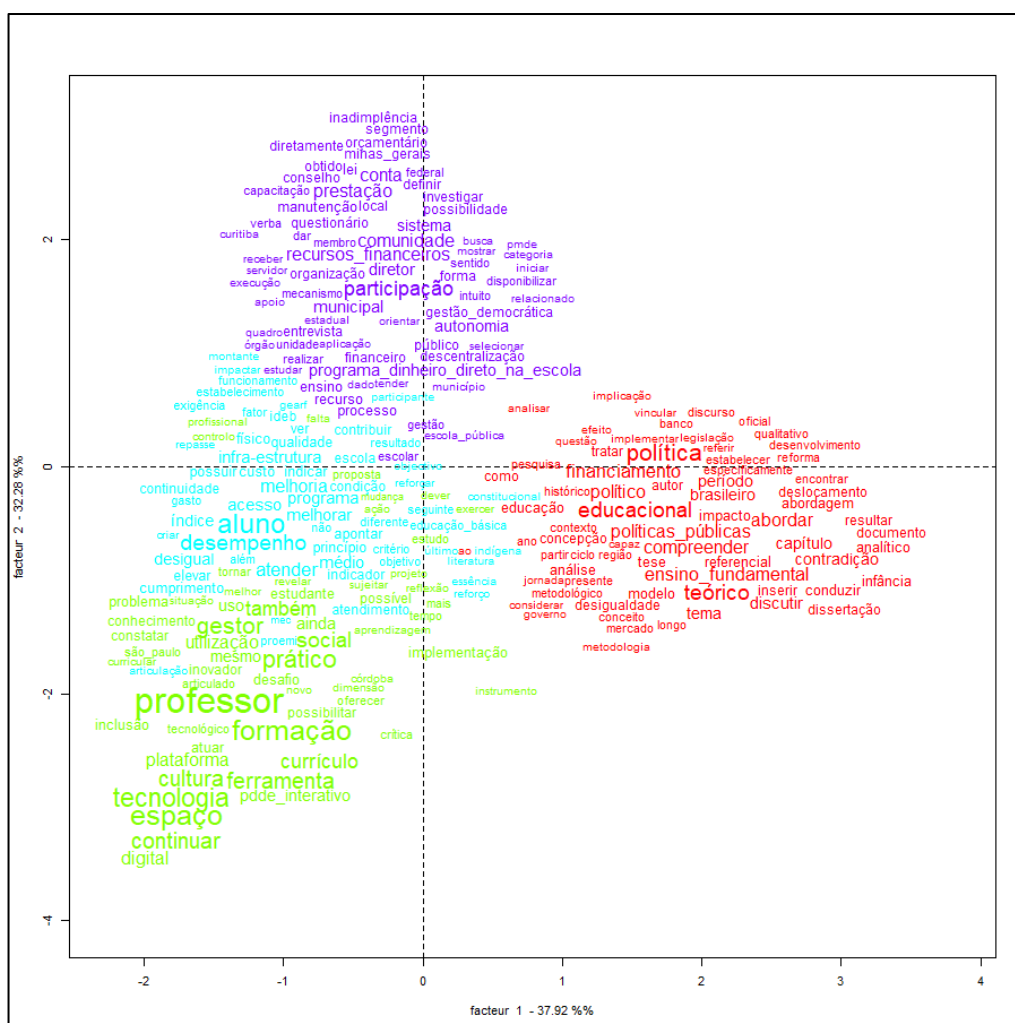
E o que isso significa? Argumentamos que no funcionamento da escola a gestão e impactos são muito próximos e possuem uma relação dialética entre si, uma vez que a gestão escolar no âmbito de suas atribuições visa provocar impactos positivos no processo de ensino-aprendizagem de seus(suas) alunos(as). E apesar de não estar tão próximo da realidade escolar, o funcionamento do programa em questão suscita mudanças no ambiente escolar. E, mais distante, encontra-se a política de financiamento que rege e orienta a formulação de políticas públicas para todas as etapas da Educação Básica.

Percebe-se que os elementos que caracterizam a “Política de Financiamento” estão relacionadas com o aspecto macro como: política, educacional, teórico, ensino fundamental, financiamento, políticas públicas dentre outros, que são questões mais amplas que envolvem a dimensão financiamento da educação. Quanto ao

“Financiamento do PDDE” as palavras estão relacionadas com os princípios norteadores do programa, como: participação, prestação, recursos financeiros, comunidade conta etc. que são fundamentais na execução do PDDE nas escolas públicas. No grupo “Gestão e comunidade escolar” questões como formação docente, tecnologias, ferramentas como PDDE Interativo, currículo escolar dentre outras, são atribuições da Conselho Escolar que incluem as diferentes representações: estudantil, docentes, pais e ou responsáveis, gestores etc. na condução do programa. E, por fim, os “Impactos do PDDE na escola” são abordadas questões como: desempenho do aluno, melhoria da infraestrutura, qualidade da educação, o acesso à escolarização, que são impactos suscitados pelo PDDE nas suas diferentes ações integradas como o Mais Educação, Escola Conectada, Escolas Sustentáveis e outros.

A Representação Fatorial, a ser visualizada na Figura 10 confirma as aproximações entre as classes, bem como aos argumentos anteriormente colocados.

Figura 11: Representação Fatorial das classes do corpus resumos



Fonte: Dados da pesquisa gerados pelo Iramuteq, 2022.

A Figura 10, portanto, confirma a interligação entre as classes 2 e 3 e, uma aproximação entre as classes 4 e 3 e um distanciamento das classes 1 e 4. A representação fatorial também nos proporciona uma visão mais holística entre os agrupamentos, uma vez que eles não estão totalmente distantes entre si e que há pontos de convergências (uns mais que outros, no caso da classe 2 e 3). Nesse ponto, os dados gerados a partir da CHD confirma o cenário antes visto na Análise de Similitude (ver Figura 5), no qual é possível caracterizar o PDDE diante da tríade: financiamento da educação, descentralização e gestão escolar.

Na subseção seguinte, trataremos de investigar um pouco mais a fundo às teses e dissertações, buscando identificar as características das pesquisas que tiveram como objeto de estudo o PDDE e a política financiamento.

5.3 Análise das pesquisas com enfoque da *Metapesquisa*

Nesta subseção tivemos como objetivo compreender com maior profundidade as características das pesquisas desenvolvidas no âmbito do PDDE desde 1990 a 2020, a luz das orientações metodológicas de Mainardes (2018) da *Metapesquisa* no campo das políticas educacionais. Segundo o autor, a metodologia “[...] pode ser conceituada como pesquisa sobre pesquisas ou, ainda, pesquisa que busca explicar o processo de pesquisa sobre um tema ou de uma área ou campo específico” (MAINARDES, 2018, p. 305). Neste caso, o nosso interesse conforme já dito é sobre as pesquisas que foram desenvolvidas sobre o PDDE, tentando compreender como esses estudos caracterizaram a referida política.

Para operacionalizar seguimos os passos propostos pelo autor, que remeteram à: a) definição dos propósitos da metapesquisa e da amostra; b) organização e sistematização da amostra e; c) leitura sistemática. Nesta subseção, apresentamos os resultados obtidos na terceira etapa, segundo as temáticas antes abordadas (ver Quadro 3).

Quanto os temas das teses e dissertações, houve uma certa frequência sobre os seguintes objetos de estudo: gestão escolar (autonomia escolar, gestão democrática, burocracia, formação de professores etc.), recursos do PDDE (que incluem administração pública, financiamento, descentralização de recursos etc.) e programas que fazem parte do PDDE como: Mais Educação, Ensino Médio Inovador, Escolas Sustentáveis, dentre outros.

Sobre os problemas de pesquisas, notou-se uma relação entre a política do PDDE com os temas antes citados, num questionamento de identificar as influências ou impactos sejam eles positivos ou negativos. No Quadro 9 citamos alguns desses questionamentos que nortearam alguns desses estudos.

Quadro 9: Problemas de pesquisa dos documentos consultados

Autor(a)	Questão de pesquisa
OLIVEIRA, Rosimar de Fátima.	A alocação dos recursos oriundos do PDDE nas escolas, quando passou a considerar o IDEB como referência, influenciou a gestão dessas instituições de ensino?
MELO JÚNIOR, Salvador Soares de.	Como a transparência fiscal da gestão do PDDE tem sido efetivada na Escola Estadual de Carai/MG?
SOUZA, Danielly Pinheiro Gusmão.	Como os investimentos do PDDE, de 2009 a 2013, podem ter influenciado a infraestrutura física e pedagógica da Escola Estadual Comendador Murta de Itinga-MG?
SILVA, Luizete Cordovil Ferreira da.	Quê concepção de autonomia orienta a política de autonomia da escola, consubstanciada no PDDE, e quê implicações esta autonomia aponta para a gestão da escola pública brasileira?
LIMA, Marinete Costa de.	Qual a importância do ProEMI para a expansão e universalização do ensino médio nas escolas estaduais de Santarém, no período de 2012 a 2014?

Fonte: Dados da pesquisa, 2022. (elaborado pelos autores)

Quanto ao objetivo geral das teses e dissertações, o verbo *analisar* foi o mais utilizado, uma vez que buscaram compreender o cenário da política de financiamento e suas relações com o *lócus* da pesquisa, que se demonstraram amplamente através de estudos qualitativos, com alguns quanti-qualitativo (ver tabela 3), o que já era esperado diante de produções da área de educação.

Tabela 3: Abordagem das pesquisas (teses e dissertações)

Tipo de pesquisa	F
Qualitativa	32
Quantitativa	5
Quanti-qualitativa	5

Fonte: Dados da pesquisa, 2022. (elaborado pelos autores)

Quanto ao tipo de pesquisa, o *estudo descritivo* prevaleceu com maior frequência no desenvolvimento dos trabalhos. Sobre os procedimentos metodológicos, observou-se que o *estudo de caso* foi o mais presente (ver tabela 4)

nas 42 pesquisas consultadas, isto porque estes trabalhos visaram compreender a realidade do financiamento (com foco no PDDE e suas políticas agregadas) por região, Estado ou município.

Tabela 4: Procedimento metodológico das pesquisas (teses e dissertações)

Procedimento metodológico	F
Estudo de caso	23
Pesquisa amostral	2
Pesquisa bibliográfica ou documental	14
Relato de experiência	1
Total	40

Fonte: Dados da pesquisa, 2022. (elaborado pelos autores)

Como se observa na tabela 4, agrupamos a pesquisa bibliográfica e documental, por entender que possuem similaridades no âmbito de sua concepção e operacionalização; assim como estudo de caso e estudo de campo foram concentrados num só indicador, por considerar que se trata de uma pesquisa que possui um *lôcus* real de pesquisa, que nos casos desses estudos foram: as escolas, secretarias municipais ou estaduais ou órgãos públicos como o FNDE etc. A pesquisa amostral e relato de experiência foram os únicos procedimentos que foram pouco presentes nos aspectos metodológicos. Houve trabalhos que não especificaram no corpo do trabalho o procedimento metodológico adotado.

Quanto aos instrumentos de coleta de dados (ver tabela 5), a *entrevista semiestruturada ou estruturada* foi a mais citada, seguido dos documentos bibliográficos e normativos – que incluem teses, dissertações, resoluções, leis, cartilhas, livros do FNDE etc. Depois da base de dados oficiais, o questionário, foi a ferramenta mais utilizada no âmbito das pesquisas de campo, sobretudo nas Ciências Humanas. Os sujeitos questionados ou entrevistados foram: gestores, professores, secretários municipais ou estaduais, técnicos etc. que atuam no âmbito da gestão do programa nas unidades escolares.

Tabela 5: Instrumento de coleta de dados das pesquisas (teses e dissertações)

Instrumento de coleta de dados	F
Entrevista	23
Questionário	3
Documentos bibliográficos e normativos	10
Registros escolares	1
Base de dados oficiais (CENSO, SAEB, FNDE etc.)	4
Total	41

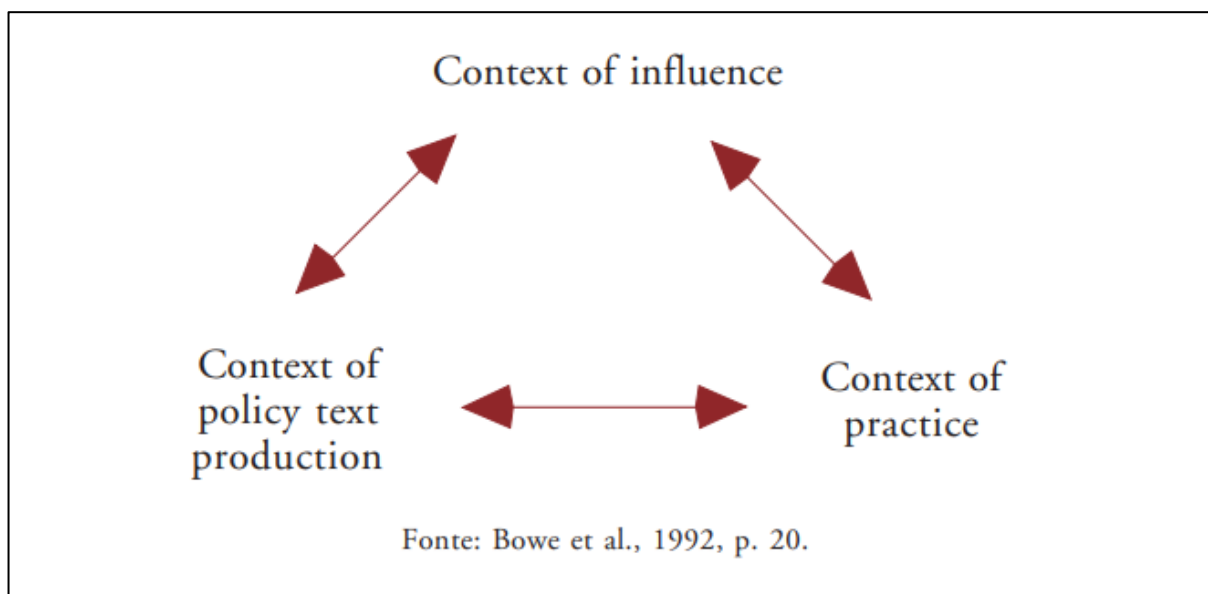
Fonte: Dados da pesquisa, 2022. (elaborado pelos autores)

Vale ressaltar que estes números servem apenas de parâmetros e, não são absolutos, visto que, algumas das pesquisas utilizaram mais de um instrumento, usando tanto entrevistas, como questionários, documentos normativos ou bibliográficos ou, consultas nas bases de dados oficiais do FNDE, MEC etc. Portanto, estes dados estão em consonância com o procedimento metodológico predominante nas pesquisas, que foi o *estudo de caso*.

Sobre o método de análise dos dados, foi observado que os modelos mais citados foram *análise documental*, *análise de conteúdo*, *materialismo histórico-dialético* e *análise descritiva*, além de outros que não obtiveram tanta expressividade quanto à frequência. Estes modelos são bastante presentes em estudos da área de educação, sobretudo aqueles de cunho qualitativo, que recorrem a informações de natureza documental ou que são geradas a partir do *lócus* de pesquisa, como no caso dos questionários e entrevistas.

Então, o que podemos compreender a partir dessas informações descritivas? Entende-se que, nos estudos sobre o PDDE que foram consultados, há uma tendência das pesquisas *qualitativas*, de cunho *descritivas* e que objetivam *analisar* a dinâmica local (seja regional, Estado ou município) da política de financiamento. Estas análises se processam através das *produções bibliográficas ou documentais*, *base de dados* de órgãos ou entidades federais, ou mesmo com base nas *narrativas dos atores escolares*, a partir de *questionários* e *entrevistas*. O conjunto desses documentos busca compreender o *conteúdo* explícito ou implícito da representatividade do PDDE para o melhoramento da educação, situando os aspectos sociais, históricos e políticos da realidade inserida - ou mesmo contrastando com os princípios que regem o programa de transferência de recurso.

Diante da argumentação posta, tratamos agora de apresentar alguns dos resultados encontrados nas pesquisas, buscando evidenciar os desafios, obstáculos e sucessos obtidos durante a implementação do PDDE em âmbito nacional. Estes resultados se traduzem enquanto processos de formulação de uma política, por caracterizar os contextos particulares nos quais foram elaborados e utilizados (MAINARDES, 2006). Nesse propósito, Bowe et al. (1992, p. 20 *apud* MAINARDES, 2006, p. 51) na caracterização do processo de construção das políticas, elaboraram um *ciclo contínuo* (ver Figura 11) de análise, constituído por três aspectos ou “arenas políticas” (ibidem, p. 49).

Figura 12: Ciclo contínuo de formulação de políticas

Fonte: MAINARDES, 2006, p. 51

Essas três etapas referem-se aos contextos de: influência, produção de textos e da prática. Esses contextos segundo alerta o autor, estão interrelacionados e apresentam suas disputas e conflitos, podendo ser compreendidos pela lógica sequencial ou linear (ibidem, p. 50). Dessa forma, tentamos identificar nas considerações finais dos trabalhos, alguns dos resultados que evidenciam estes elementos, a fim, de compreender o cenário de construção da política do PDDE nas diferentes realidades brasileiras. Elencamos a seguir algumas dissertações e teses situando alguns destes aspectos.

Na dissertação de Cardoso (2009, p. 141) que se propôs a analisar o PDDE e suas implicações no processo de gestão escolar, apontou em seus resultados de pesquisas que:

[...] às concepções difundidas pelo programa, assenta-se nos princípios norteadores que balizaram o PDDE, como a descentralização, um princípio básico da autonomia financeira; da autonomia, que se apresenta fortemente direcionada ao aspecto financeiro; da participação, como um mecanismo de controle social; e finalmente as unidades executoras, como fulcral para a implementação do Programa.

De modo similar, Silva (2005, p. 213) ao se debruçar sobre a concepção de autonomia que orienta a política do PDDE no âmbito da gestão escolar, conclui que:

[...] a concepção de autonomia que orienta o PDDE consiste em uma autonomia meramente funcional e operativa, pois que ela não tem viabilizado a participação efetiva da comunidade escolar nas decisões centrais referentes à gestão do programa, mas na execução dos recursos, o que é insuficiente para o processo de democratização da gestão escolar.

Nascimento (2010, p. 104) ao propor analisar o PDDE e PDE sob o prisma da participação, afirma que a:

A autonomia financeira delegada por esses programas realmente ratifica a existência da desconcentração de tarefas, típico das políticas neoliberais. E apesar, de ser fruto de uma política de fato desconcentradora, podemos ver isso claramente nas formas como o Estado delegou esses projetos à sociedade sem construí-los com a participação dos interessados, podemos perceber que ao se apropriar da participação democrática por meio de um instrumento como esse, o fortalecimento da autonomia escolar pode ser de fato construída e, diga-se, autonomia como participação democrática. Desta forma a inversão de tais práticas desconcentradoras só será possível se houver um fortalecimento das instâncias de participação por meio da descentralização administrativa, pedagógica e financeira da gestão/administração desta escola via estímulo e chamada à participação comunitária nesses processos.

A partir destes três trabalhos, entende-se que o contexto de influência que permeia o PDDE se encontra caracterizado nas concepções neoliberais e que, apesar de promover a descentralização de recursos às escolas com fins a sua manutenção, o seu contexto de prática evidencia uma participação e autonomia escolar pautada na operacionalização de tarefas, a partir de procedimentos técnicos.

As teses, não obstante, apontam também críticas referentes à implementação do programa. Arantes (2019, p. 179) em estudo recente, ao analisar o PDDE como política de redução das desigualdades em Roraima, evidenciou que:

As conclusões prosseguem em relação às análises já realizadas, às perspectivas e aos desafios do PDDE, o qual é proposto como mecanismo de redução das desigualdades. Salienta-se que o PDDE serviu como instrumento de reforço político-ideológico da hegemonia neoliberal de otimização de recursos, de focalização das demandas e de descentralização da gestão. Nesse sentido, seu objetivo de redução das desigualdades regionais foi negligenciado, considerando a região Norte e, especificamente, o estado de Roraima, como expressões de uma política que se distanciou de um projeto democrático-popular de educação e de sociedade, voltado aos interesses da classe trabalhadora.

Em concordância a este argumento, Mafassioli (2017, p. 291-292) em sua tese ao se submeter a compreender as reformulações ocorridas durante seus 20 anos de implementação afirmou, categoricamente, que há uma clara:

necessidade de ampliar o volume de recursos de assistência financeira suplementar da União às escolas públicas. Os valores do PDDE repassados às escolas, mesmo com a sua ampliação nos últimos anos, ainda são parcos e não atendem às reais necessidades político-pedagógicas das instituições escolares.

Para além dos recursos limitados, Andrade dos Reis (2019, p. 177) evidenciou que o processo de prestação de contas também causa dificuldades na prática

cotidiana do programa. Com base na sua pesquisa, o autor conclui sobre o processo de inadimplência, que:

A hipótese levantada de que o controle do órgão impactava na inadimplência das prestações de contas do PDDE se confirma para o caso do município de Santo Antônio de Tauá. As inadimplências no PDDE, que no período anterior à crise situavam-se tão somente na omissão na prestação de contas, agora tem contornos motivados por conflito político, a assim de gestores responsáveis pelas prestações de contas dos recursos federais, que interferiu sobremaneira no fluxo normal da documentação das prestações de contas do PDDE, dado que ninguém assumia tal responsabilidade, condição elencada nos documentos do PDDE, além da constante mudança nas equipes internas da Secretaria Municipal de Educação (SEMED), com reflexo nos conselhos escolares. O embate político travado trouxe consequência nefastas que repercutem até os dias atuais, dado que as escolas do município não recebem recursos do PDDE desde 2016.

Portanto, o que podemos apreender diante destes resultados de pesquisa? Fica observado que os trabalhos que discutem o PDDE recorrem à uma perspectiva crítica da política, evidenciando sobretudo os desafios e limitações encontradas nas diferentes realidades escolares. Válido mencionar que o contexto de influência é determinante na implementação do programa, por considerar que foi gerida segundo concepções neoliberais que visaram alocar a responsabilidade do Estado para as escolas na função de gerir os recursos para sua manutenção e funcionamento.

Apesar do programa favorecer legalmente a descentralização e autonomia e, por consequência, uma gestão participativa (o que não significa uma gestão democrática) entre os atores que compõem a comunidade escolar, através do conselho escolar, a mesma se consolida na dinâmica da realidade das escolas de maneira operativa e técnica, ou seja, no cumprimento de atividades a partir de critérios postos pelo FNDE no âmbito da inscrição ao Programa, na aquisição de itens e na prestação de contas, elementos que são decisivos para a continuidade do recebimento do recurso. Nesse aspecto, Silva Lima (2020, p. 110) ao investigar as dificuldades enfrentadas pela gestão escolar no gerenciamento do recurso do FNDE, identifica que dentre os principais obstáculos estão a:

1) Falta de capacitação adequada; 2) Falta de profissional específico para auxiliar no processo de prestação de contas; 3) Diligências; 4) Acúmulo de funções do diretor; e 5) Falta de um instrumento específico da SRE-A sobre a gestão financeira do PDDE.

Além disso, mesmo diante das positivas contribuições para a melhoria da qualidade da educação pelo PDDE Básico e suas ações integradas, com os programas: Mais Educação, Ensino Médio Inovador, Escola Conectada, Escolas Sustentáveis, dentre outros, há uma recorrente observação de que, os recursos

recebidos são insuficientes para uma manutenção do ambiente com a devida qualidade. Diante disso, Melo Junior (2016, p. 78) aponta que:

o PDDE apresentou dificuldades em atingir seus objetivos de promover assistência e autonomia financeira à unidade escolar, pois além de limitar as possibilidades de aplicação dos recursos, os valores fornecidos não são suficientes para atender as demandas apresentadas, obrigando a escola a definir prioridades na formação da sua base estratégica.

Assim, há de se considerar que a implementação do programa em nível nacional está cercada de ambiguidades e contradições, além de efetivos sucessos (por ter permitido à manutenção de escolas localizadas em regiões marginalizadas e precarizadas). As entidades escolares com maiores números de alunos matriculados foram as mais beneficiadas pela política e assim puderam conquistar melhores condições para a formação escolar de seus alunos, com a ressalva de que foi preciso adotar estratégias de seleção de prioridades, diante de recurso limitado, conforme constatou Titoto (2019) em sua pesquisa no Sudoeste goiano.

Com isso, argumenta-se com base nesses documentos produzidos durante a implementação e continuidade dessa Política que o PDDE se consolida como ação positiva do Estado, por cobrir as deficiências históricas na educação pública. Nesse sentido, a descentralização é vista como um avanço diante das condições precarizadas do sistema público educacional. Silva Filho (2019, p. 112) evidenciou o seguinte cenário no Distrito Federal:

Verificou-se que a comunidade escolar avalia positivamente a alocação desses recursos, feita de forma direta para a escola. Segundo apurado pelos depoimentos dos participantes da pesquisa, os recursos permitem a cada escola suprir suas carências materiais de maneira a atender as necessidades mais específicas, realidade antes impensável no contexto do regime militar, quando o governo federal centralizava, por exemplo, até mesmo a compra e a distribuição da merenda escolar.

Por conclusão, assume que houve avanços e, sobretudo, contradições postas durante as duas décadas do programa, confirmado nas pesquisas desenvolvidas durante este período temporal, que foram aqui apreciadas. Os princípios neoliberais que se incorporaram as políticas educacionais dificultaram a ampliação da gestão democrática, bem como comprometeu a autonomia e participação da escola e de seus participantes, por limitá-las como atividades técnico-operacionais. O insuficiente recurso destinado às escolas, o laborioso processo de prestação de contas e a falta de orientações e formações para utilização do dinheiro recebido causam dificuldades àqueles que constroem a educação pública nos diferentes municípios do país e, portanto, conferem-se como desafios a serem superados.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

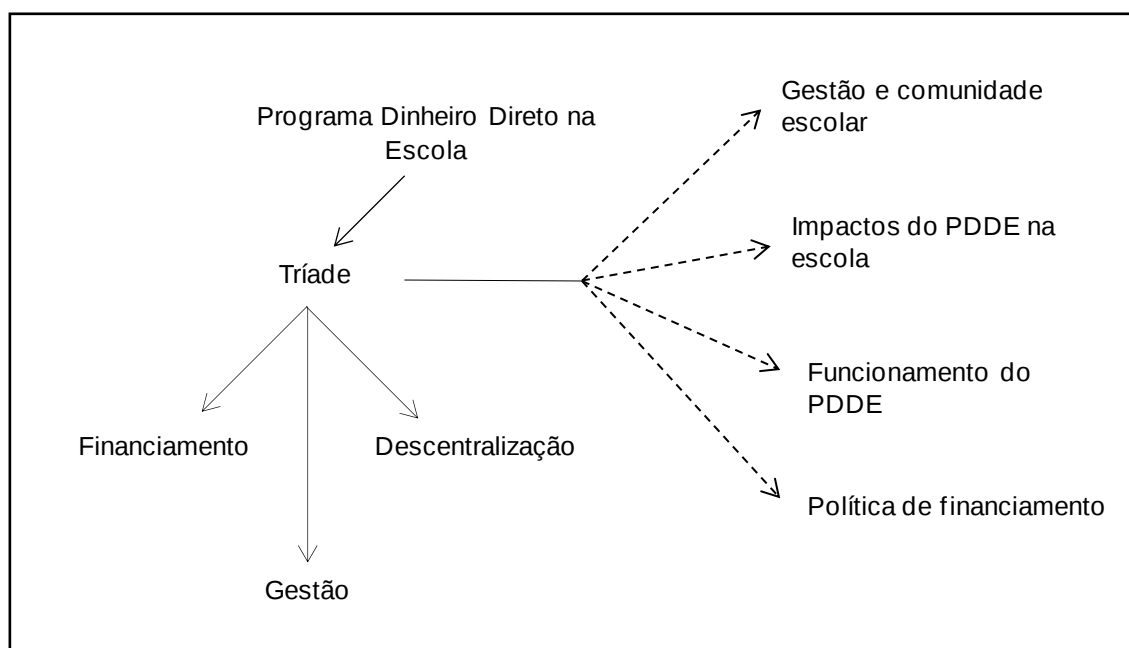
A pesquisa teve por objetivo verificar como vem sendo abordado e compreendido o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) na literatura acadêmica (dissertação e tese) desde o seu período de implantação, tendo como referencial empírico, a análise textual dos trabalhos, a análise estatística e quantitativa com o auxílio do *software Iramuteq* e com as técnicas: estatística lexicográfica. Também utilizou a análise de similitude, nuvem de palavras e classificação hierárquica descendente. A partir de cada uma dessas técnicas, visualizamos e entendemos quais foram os principais temas abordados sobre o PDDE e quais suas relações entre si. Após isso, tratamos de identificar as características das pesquisas situando: problema de pesquisa, objetivo, metodologia, instrumento de coleta de dados e métodos de análise, para então buscar a partir das considerações finais os contextos que cercaram a implementação do PDDE, a partir do modelo da *metapesquisa* proposto por Mainardes (2018).

Na revisão da literatura situamos as bases legais do financiamento da educação no Brasil, sendo a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996 fundamentais na garantia de destinação de receitas orçamentárias para toda a educação básica. Em seguida, abordamos a política de fundos que caracteriza, atualmente, o modelo de financiamento do setor educativo, a partir do FUNDEF e FUNDEB e que, apesar de compartilharem semelhanças, também possuem suas diferenças quanto à sua estrutura e objetivo. E, por fim, discutimos o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) situando sua criação, organização, processo de adesão e de prestação de contas.

Como viemos apontando, durante o período de implementação do programa (1995-2020), foram desenvolvidos 42 trabalhos, de acordo com a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, sendo 32 dissertações de mestrado e 10 teses de doutorado vinculados aos programas de Pós-graduação em educação situados em todo território nacional. A região Sudeste liderou a quantidade de pesquisas desenvolvidas, seguido das regiões: Sul, Centro-oeste. As regiões Norte e Nordeste do país, foram as que apresentaram o menor contingente de trabalhos acadêmicos sobre o PDDE.

Observamos que, baseado na análise textual, o PDDE é tratado, fundamentalmente, segundo a tríade: gestão escolar, financiamento e descentralização. Esses temas estão situados, diante de quatro classes intimamente relacionadas, sendo estas: política de financiamento; funcionamento do PDDE; gestão e comunidade escolar e impactos do PDDE na escola. De forma sintética, o Figura 12 esquematiza os principais assuntos tratados nos documentos analisados.

Figura 13: A visão do PDDE segundo as teses e dissertações



Fonte: Dados da pesquisa (2022). Elaborado pelos autores.

Em linhas gerais, o Programa PDDE, ao longo de sua implementação foi sendo compreendido pela comunidade escolar como uma política benéfica, uma vez que promoveu a melhoria na qualidade de ensino, através de suas ações integradas. Entretanto, as pesquisas apontaram que a forte influência do neoliberalismo e da perspectiva técnico-operativa limitaram e dificultaram a ampliação da autonomia e de uma maior eficiência relacionadas com as questões da gestão democrática¹⁷. Salientamos, por fim, que o estudo se restringiu às narrativas descritas nos documentos e que, portanto, novas interpretações podem ser realizadas a partir de outros procedimentos e técnicas, na intenção de entender os impactos do PDDE na educação pública.

¹⁷ Destaca-se as ações desenvolvidas pelos CECAMPE's, gerido pelo FNDE como forma de ampliar o conhecimento do PDDE e fortalecer a gestão democrática. Disponível em: www.encurtador.com.br/lwKNY

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera. Implicações do Programa Dinheiro Direto na escola para a gestão da escola pública. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 28, n. 98, p. 253-267, jan./abr. 2007.

ANDRADE DOS REIS, Antônio Cláudio. **O FNDE e os recursos públicos da Educação Básica, suas formas de controle e intervenção: O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) no Estado do Pará**. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, 2019.

ARAÚJO, Luiz. O financiamento da educação básica no segundo mandato do governo Lula. In: **Insumos para o debate: financiamento da educação no governo Lula**. São Paulo: Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 2009.

ARANTES, Emerson Clayton. **Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e a perspectiva da redução das desigualdades regionais: uma análise a partir da região Norte do Brasil**. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Portugal: Edições 70, 2002.

BRASIL [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm.

BRASIL. [Constituição (1934)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República, 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm.

BRASIL [Emenda Constitucional 24/83 (1983)]. **Emenda Constitucional nº 24, 01 de dezembro de 1983**. Brasília, DF: Senado Federal, Câmara dos Deputados, 1983. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/103920/emenda-constitucional-24-83>. Acesso em: 14 jul. 2021.

BRASIL. [Lei N. 5.537 (1968)]. **Lei N. 5.537, de 21 de novembro de 1968**. Brasília, DF: Presidência da República, 1968. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5537.htm.

BRASIL. [Decreto-Lei N. 872 (1969)]. **Decreto-Lei N. 872, de 15 de setembro de 1969**. Brasília, DF: Presidência da República, 1969. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del0872.htm#art1.

BRASIL. [Lei N. 4.024 (1961)]. **Lei N. 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1961.

BRASIL. [Lei 9.394 (1996)]. **Lei N. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm.

BRASIL. [Emenda Constitucional N. 24 (1983)]. **Emenda Constitucional N. 24, de 1º de dezembro de 1983**. Estabelece a obrigatoriedade de aplicação anual pela União. Brasília, DF: Presidência da República, 1983.

BRASIL. [Lei N. 4.440 (1964)]. **Lei N. 4.440, de 27 de outubro de 1964**. Institui o salário-educação e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1964. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4440.htm.

BRASIL. [Lei N. 9.424 (1996)]. **Lei N. 9.424, de 24 de dezembro de 1996**. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF). Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9424.htm.

BRASIL. [Lei N. 11.494 (2007)]. **Lei N. 11.494, de 20 de junho de 2007**. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Brasília, DF: Presidência da República, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/lei/l11494.htm.

BRASIL. [Lei N. 14.113 (2020)]. **Lei N. 14.113, de 25 de dezembro de 2020**. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Brasília, DF: Presidência da República, 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2020/lei/l14113.htm.

BRASIL. [Lei Complementar N. 87 (1996)]. **Lei Complementar N. 87, de 13 de setembro de 1996**. Dispõe sobre o imposto dos Estados e Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviço. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp87.htm.

BRASIL. [Lei N. 5.537 (1968)]. **Lei N. 5.537, de 21 de novembro de 1968**. Cria o Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação e Pesquisa (INDEP), e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1968. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5537.htm.

BRASIL. [Decreto-Lei N. 872 (1969)]. **Decreto-Lei N. 872, de 15 de setembro de 1969**. Complementa disposições da Lei número 5.537, de 21 de novembro de 1968, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1969. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del0872.htm.

CAMARGO, Brígido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. **Tutorial para uso do software de análise textual IRAMUTEQ**. Universidade Federal de Santa Catarina, 2013a. Disponível em: <http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/tutoriel-en-portugais>.

CAMARGO, Brígido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. IRAMUTEQ: um software gratuito para Análise de Dados Textuais. **Temas em Psicologia**, vol. 21, n. 2, 2013b.

CAMARGO, Brigido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. **Tutorial para uso do software IRAMUTEQ**. Florianópolis: Laboratório de Psicologia da Comunicação e Cognição, UFSC, 2018.

CAMPINO, Antonio Carlos Coelho. Economia e educação. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, jan./dez., 1986.

CERVI, Emerson U. Análise de conteúdo automatizada para conversações em redes sociais online: uma proposta metodológica. In: **48º Encontro Anual ANPOCS**. Caxambu: Minas Gerais, 2018.

CASTRO, Jorge Abrahão de. Financiamento da Educação no Brasil. In: **Em aberto**, v.18, n.74, p. 11-32, Brasília, 2001. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me000714.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2021.

CASTRO, Jorge Abrahão de. Financiamento e Gasto Público da Educação Básica no Brasil e comparações com alguns países da OCDE e América Latina. **Educação & Sociedade**, [S.l.], vol. 26, n. 92, p. 841 – 858, out. 2005.

CARDOSO, José Carlos Martins. **O PDDE como instrument de democratização da gestão escolar no Pará**. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, 2009.

CÉSAR NUNES MILITÃO, Silvio; NUNES MILITÃO, Andreia. Financiamento da Educação Básica no Brasil: dos primórdios à política de fundos. **Estudos – Revista de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da Unimar**, n. 14, 2010.

CERVI, Emerson U. Análise de conteúdo automatizada para conversações em redes sociais online: uma proposta metodológica. In: **42ª Encontro Annual da ANPOCS**, 22 a 26 de outubro, Caxambu, MG, 2018.

DEARDEN; MACHIN; VIGNOLES. Economis of education research: a review and future prospects. **Oxford Review of Education**, vol. 35, n. 5, out. 2009. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/27784589>.

DAVIES, Nicholas. O financiamento da educação estatal no Brasil: novos ou velhos desafios? **Revista Educação On-line PUC Rio**, n. 10, p. 31-63, 2012.

DAVIES, Nicholas. FUNDEB: A redenção da educação básica? **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 27, n. 96, p. 753-774, out. 2006.

DICIONÁRIO PRIBERAM [online]. **Córpus**. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/corpus>.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Capital Humano. In: PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Júlio César França (orgs). **Dicionário da educação profissional em saúde**. 2 ed. ver. ampl. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). **PDDE. Dados Abertos.** [S.I.]. [s/a]. Disponível em: https://www.fnde.gov.br/dadosabertos/en_AU/organization/about/pdde#:~:text=O%20PDDE%20foi%20criado%2C%20em,se%20consolidando%20como%20pol%C3%AAdtica%20p%C3%ABblica%2C.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). **Ações Integradas.** [S.I.], 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pdde/acoes-integradas>.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). **Monitore o PDDE.** [S.I.], 2028. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pdde/monitore-o-pdde>.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. In: **Revista de Administração de Empresas**, v.35, n.3, p. 20-29, maio/jun. 1995, São Paulo.

GIL, Carlos Antonio. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA (IBCT). **Biblioteca Digital de Teses e Dissertações – BDTD.** Sobre a BDTD. [S.I.], [s/a]. Disponível em: <https://sitehistorico.ibict.br/informacao-para-ciencia-tecnologia-e-inovacao%20/biblioteca-digital-Brasileira-de-teses-e-dissertacoes-bdtd>.

INSTITUTO DE PESQUISA DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Políticas Sociais – acompanhamento e análise.** N. 6. Brasília: Diretoria de Estudos Sociais, 2003.

INSTITUTO DE PESQUISA DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Políticas Sociais – acompanhamento e análise.** N. 15. Brasília: Diretoria de Estudos Sociais, 2008.

LIMA, Rosângela Novaes; MENDES, Odete da Cruz. A Gestão da Política de Educação: Contrapontos entre Descentralização na Lógica da Reforma do Estado. In: NETO; NASCIMENTO; LIMA (orgs). **Política Pública de educação no Brasil: compartilhando saberes e reflexões.** Porto Alegre: Sulina, 2006.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política.** Volume I, Livro Primeiro, O processo de produção do Capital. São Paulo: Círculo do Livro Ltda, 1996.

MARQUES, Luciana Rosa. Democracia, gestão e reconhecimento na escola pública. In: SOUZA JUNIOR; FRANÇA; BARBOZA (orgs). **Políticas de Gestão e Práticas Educativas: a qualidade do ensino.** Brasília, DF: Liber Livro, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.); et al. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 21ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

MAFASSIOLI, Andréia da Silva. **Programa Dinheiro Direto na Escola: (Re)formulações e implicações na gestão escolar e financeira da educação**

básica (1995 – 2015). Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, Porto Alegre, 2017.

MARINHEIRO, Edwylson de Lima. **O Programa Dinheiro Direto na Escola e a democratização da gestão escolar no município de Londrina – PR.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Estadual de Londrina, Paraná, 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Fundo de Manutenção e desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF).** Manual de Orientação. Brasília: MEC, 1998.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC); FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). [Resolução N. 15 (2021)]. **Resolução N. 15, de 16 de setembro de 2021.** Brasília, DF: Conselho Deliberativo FNDE, 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC); FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). **Nota Técnica: Índice de Desempenho da Gestão Descentralizada do PDDE (IdeGES-PDDE).** Brasília, DF: Diretoria de Ações Educacionais (DIRAE), 2021.

MAINARDES, Jefferson. Metapesquisa no campo da política educacional: elementos conceituais e metodológicos. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 72, p. 303-319, nov./dez., 2018.

MARTINS, Paulo de Sena. **O financiamento da educação básica por meio de fundos contábeis: estratégia política para a equidade, a autonomia e o regime de colaboração entre os entes federados.** Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília. Brasília/DF, 2009.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para análise de políticas educacionais. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.

MILL, Stuart John. **Princípios de Economia Política.** Volume I. São Paulo: Círculo do Livro Ltda, 1996.

NASCIMENTO, Luciane da Silva. **Financiamento e participação democrática na educação: entre o Programa Dinheiro Direto na Escola e o Plano de Desenvolvimento da Educação.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2010.

NETO, Antônio Cabral; OLIVEIRA, Maria Neusa de. Descentralização/Municipalização do Ensino no Estado da Bahia: Aspectos Políticos-Institucionais e Administrativos. In: **Política pública de educação no Brasil: compartilhando saberes e reflexões.** Porto Alegre: Sulina, 2006.

NOTEPAD ++. **Wha tis Notepad ++?** [S.l.], [s/a]. Disponível em: <https://notepad-plus-plus.org/>.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

PINHO, Carlos Marques. **Economia da Educação e desenvolvimento econômico**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1970. Coleção Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais.

PIZZANI et al. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v.10, n.1. p. 53-66, jul./dez., 2012. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1896/pdf_28. Acesso em: 14 set. 2021.

PERONI, Vera Maria Vidal. Financiamento da escola à luz do novo papel do Estado: o caso do Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBPAE)**, vol. 22, n. 2, p. 331-344, jul./dez. 2006.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2ª ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PEREIRA, Célia Maria Rodrigues da Costa. **Democratização da Política Educacional Brasileira e o FUNDEF: uma análise de suas práticas discursivas – do “dito feito” ao “feito não dito”**. Recife: Edições Bagaço, 2009.

PINTO, José Marcelino de Rezende. A política recente de fundos para o financiamento da educação e seus efeitos no pacto federativo. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 28, n. 100, p. 877-897, out. 2007.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D. de; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2009. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351>. Acesso em: 6 jul. 2021.

SIENA, OSMA. **Metodologia da pesquisa científica: elementos para elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos**. Porto Velho: [s.n.], 2007.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico: diretrizes para o trabalho didático-científico na universidade**. 7ª ed. São Paulo: Cortez Editora e Autores Associados, 1982.

SANTANA, Kátia de Cássia. **Efeitos do Programa Dinheiro Direto na Escola na Gestão Escolar**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, 2011.

SALDAÑA, Johnny. **The Coding Manual for Qualitative Researchers**. 2ª ed. Los Angeles, London, New Dehi, Singapore, Washington DC: Sage, 2013.

SILVA, Edilaine Cristina; LENARDÃO, Edmilson. **Teoria do Capital Humano e a relação com educação e capitalismo**. [S.l.], [s/a]. Disponível em: http://www.uel.br/eventos/sepech/sumarios/temas/teoria_do_capital_humano_e_a_relacao_educacao_e_capitalismo.pdf.

SILVA, Luizete Cordovil Ferreira. **Estado e Políticas de Gestão Financeiras para a escola pública: a autonomia da escola no PDDE**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, 2005.

SILVA LIMA, Lélia Cristina. **A gestão financeira do PDDE nas Escolas Estaduais de Belo Horizonte/MG da SER-A: um desafio para os diretores escolares**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2020.

SILVA FILHO, Geraldo Pereira da. **A gestão financeira na escola pública do Distrito Federal: avanços ou contradições?** Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade de Brasília, 2019.

SALVIATI, Maria Elisabeth. **Manual do Aplicativo Iramuteq (versão 0.7 Alpha 2 e R Versão 3.2.3)**. Distrito Federal, Planaltina, 2017.

SILVA, Givanildo; SANTOS, Inalda Maria dos. O Programa Dinheiro Direto na Escola e a gestão gerencial na Educação Básica. **Dialogia**, São Paulo, n. 22, p. 47-67, jul./dez. 2015.

SOUZA; Marli Aparecida Rocha de et al. O uso do software IRAMUTEQ na análise dados em pesquisas qualitativas. **Revista da Escola de Enfermagem da USP [online]**, v. 52, 2018.

SMITH, Adam. **A riqueza das Nações: uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.

TITOTO, Sheule Anne Labre. **Desafios e conquistas da utilização do Programa Dinheiro Direto na Escola pelas instituições de ensino municipais e estaduais do sudoeste goiano**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Goiás, 2019.

VASCONCELOS, Alcyone; FRANCK, Luciana Nazare de Souza. Análise da gestão dos recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) nos municípios. **Conhecimento & Diversidade**, Niterói, v. 14, n. 32, p. 48-73.

VOSGERAU; POGRIFKA; SIMONIAN. Etapas da análise de conteúdo complementadas por ciclos de codificação: possibilidades a partir do uso de software de análise qualitativa de dados. In: **Revista Atas – Investigação Qualitativa em Educação [S.l.]**, v.1, 2016. Disponível em: <https://www.proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2016/article/view/671>. Acesso em: 8 jul. 2021.

VILELA; RIBEIRO; BATISTA. Nuvem de palavras como ferramenta de análise de conteúdo: Uma aplicação aos desafios do mestrado profissional em ensino na saúde. **Millenium**, v. 2, n. 11, p. 29-36, (2020). Disponível em: <https://doi.org/10.29352/mill0211.03.00230>.

VELOSO, Jacques. Educação e Constituinte: quatro questões do financiamento do ensino. In: **Em aberto**, Brasília, v.5, n.30, abr./jun., 1986. Disponível: <http://inep.gov.br/documents/186968/485895/Educa%C3%A7%C3%A3o+e+Constituinte/42107572-e165-446a-9fd8-e88b38bffa5?version=1.3>. Acesso em: 14 jul. 2021.